



**INSTITUTO FEDERAL DO ACRE**  
**CAMPUS RIO BRANCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E**  
**TECNOLÓGICA**

**JULIO CÉSAR GOMES DE SOUZA NETO**

**O REGISTRO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO**  
**INSTITUTO FEDERAL DO ACRE, CAMPUS RIO BRANCO (AC)**

Rio Branco  
2025

JULIO CÉSAR GOMES DE SOUZA NETO

**O REGISTRO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO  
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE, CAMPUS RIO BRANCO (AC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Rio Branco do Instituto Federal do Acre, como parte dos requisitos para a obtenção do título Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador (a): Prof. Dr. Diego Viana Melo Lima

Rio Branco  
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP**  
Coordenação de Biblioteca, Campus Rio Branco – Acre

---

S729r      Souza Neto, Júlio César Gomes de.

O registro escolar como espaço de ensino e aprendizagem no  
Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco (AC) / Júlio César  
Gomes de Souza Neto. – Rio Branco, 2025.

110 p. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) –  
Instituto Federal do Acre, 2025.

Orientador – Prof. Dr. Diego Viana Melo Lima.

1. Secretaria escolar. 2. Gestão educacional. 3. Espaços  
escolares. I. I. Título. II. Lima, Diego Viana Melo.

CDD 371.2

JULIO CÉSAR GOMES DE SOUZA NETO

**O REGISTRO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO  
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE, CAMPUS RIO BRANCO (AC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Rio Branco do Instituto Federal do Acre, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Prof. Dr. DIEGO VIANA MELO LIMA**

Instituto Federal do Acre  
Orientador

**Prof. Dr. LUÍS PEDRO DE MELO PLESE**

Instituto Federal do Acre  
Membro Interno

**Prof. Dr. ENOCK DA SILVA PESSÔA**

Universidade Federal do Acre  
Membro Externo



JULIO CÉSAR GOMES DE SOUZA NETO

**CARTILHA DE ORIENTAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS FLUXOS E  
PROCEDIMENTOS DO REGISTRO ESCOLAR**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Acre, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Prof. Dr. DIEGO VIANA MELO LIMA**

Instituto Federal do Acre  
Orientador

**Prof. Dr. LUÍS PEDRO DE MELO PLESE**

Instituto Federal do Acre  
Membro Interno

**Prof. Dr. ENOCK DA SILVA PESSÔA**

Universidade Federal do Acre  
Membro Externo

Dedico esse trabalho ao meu Deus, honra e glória para todo o sempre, e ao meu filho Shankar César por ser minha âncora, dando-me sentido, força e coragem para lutar.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desta dissertação representa não apenas a culminância de uma etapa acadêmica, mas também a materialização de um percurso de vida repleto de desafios, aprendizados e conquistas. Por isso, não poderia deixar de registrar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas e instituições que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse possível.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, o Eterno e Todo Poderoso, honra e glória para todo o sempre, ao me oportunizar força, coragem, saúde e serenidade ao longo dessa jornada, que, em momentos de incerteza e desânimo, a fé foi a base que sustentou minhas escolhas e renovou minha esperança na possibilidade de seguir adiante.

Agradeço ao meu filho Shankar César por ser minha fonte de sentido e motivação. Cada sacrifício feito por mim ao longo desse processo também foi feito por ele.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Diego Viana Melo Lima, expresso minha sincera gratidão pela orientação generosa. Sua dedicação acadêmica, rigor científico e sensibilidade pedagógica foram essenciais para a realização dessa tarefa.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, agradeço pelos ensinamentos transmitidos ao longo do curso, pelas discussões enriquecedoras em sala de aula e pela inspiração que cada um representa na construção de uma educação pública de qualidade. Aos colegas de turma, deixo meu reconhecimento pela parceria, pela troca de experiências, pelas reflexões conjuntas e pela amizade construída nesse processo.

À minha instituição que me acolheu, proporcionando a estrutura necessária para o desenvolvimento desta pesquisa, agradeço a oportunidade de vivenciar um ambiente acadêmico crítico, plural e inovador.

Não poderia deixar de registrar minha gratidão aos servidores dos setores do Registro Escolar, do Departamento de Cursos Técnicos Integrado, da Direção de Ensino e da Direção Geral Campus Rio Branco que gentilmente compartilharam suas experiências, saberes e percepções, contribuindo para a construção de um conhecimento que não é apenas meu, mas coletivo.

A todos e todas que, de alguma forma fizeram parte dessa trajetória, o meu sincero e eterno muito obrigado.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si”.  
(Paulo Freire)

## RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (ProfEPT/Ifac), na Linha de Pesquisa 2 “Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional Tecnológica” no Macroprojeto 6 “Organização de espaços pedagógicos da EPT”, problematiza a compreensão do Registro Escolar como um setor restrito às funções burocrático-administrativas. A pesquisa parte do seguinte questionamento: “em que medida o Registro Escolar do Instituto Federal do Acre (Ifac) – campus Rio Branco se constitui como um espaço educativo e formativo no processo de ensino-aprendizagem da comunidade acadêmica?”. O objetivo geral consiste em analisar o Registro Escolar como espaço de construção de saberes, compreendendo-o como ambiente educativo situado entre o paradigma burocrático-administrativo e a perspectiva pedagógica da Educação Profissional e Tecnológica. O estudo fundamenta-se em aportes teóricos da pedagogia histórico-crítica, da gestão democrática da educação e da Educação Profissional e Tecnológica, mobilizando contribuições de Dermeval Saviani (2007; 2008; 2011), José Carlos Libâneo (2015; 2018), Vitor Henrique Paro (2016), Valéria Regina Favaro (2014) e Marta Helena Szadkoski (2022), que permitem compreender o trabalho educativo, os espaços pedagógicos e o registro escolar como dimensões formativas, históricas e sociais. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa (Minayo, 2009), com realização de análise documental (Lakatos; Marconi, 2017) de normativas institucionais, revisão de produções acadêmicas (Luna, 2011) e análise de conteúdo (Bardin, 1977), tendo como lócus empírico o Instituto Federal do Acre – campus Rio Branco. Os resultados evidenciam que o Registro Escolar ultrapassa a lógica técnico-burocrática e se configura como um espaço educativo estratégico, no qual se produzem aprendizagens formais e não formais, orientações acadêmicas, mediações institucionais e preservação da memória escolar, embora ainda enfrente fragilidades relacionadas à padronização de procedimentos, atualização normativa, modernização tecnológica e valorização profissional. Como produto educacional, foi elaborada uma cartilha orientadora, direcionada prioritariamente aos estudantes ingressantes do Curso Técnico Integrado em Edificações do Ifac – campus Rio Branco, com a finalidade de apresentar, de forma didática e acessível, os principais fluxos e procedimentos relacionados ao Registro Escolar, contribuindo para a inserção acadêmica, a autonomia estudantil e o fortalecimento das práticas educativas institucionais. A cartilha será utilizada como instrumento pedagógico-institucional de apoio à orientação inicial dos estudantes no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

**Palavras-Chave:** Registro Escolar; Ensino-Aprendizagem; Espaços Escolares; Educação Profissional e Tecnológica.

## ABSTRACT

This dissertation, developed within the scope of the Postgraduate Program in Professional and Technological Education from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre (ProfEPT/Ifac), in Research Line 2 "Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education" in Macroproject 6 "Organization of pedagogical spaces in EPT", problematizes the understanding of the School Registry as a sector restricted to bureaucratic-administrative functions. The research starts from the following question: "to what extent does the School Registry of the Federal Institute of Acre (Ifac) – Rio Branco campus constitute an educational and formative space that interferes in the teaching-learning process of the academic community?". The general objective is to analyze the School Registry as a space for the construction of knowledge, understanding it as an educational environment situated between the bureaucratic-administrative paradigm and the pedagogical perspective of Professional and Technological Education. This study is based on theoretical contributions from historical-critical pedagogy, democratic management of education, and Professional and Technological Education, drawing on the work of Dermeval Saviani (2007; 2008; 2011), José Carlos Libâneo (2015; 2018), Vitor Henrique Paro (2016), Valéria Regina Favaro (2014), and Marta Helena Szadkoski (2022), which allow for an understanding of educational work, pedagogical spaces, and school records as formative, historical, and social dimensions. Methodologically, a qualitative approach was adopted (Minayo, 2009), with documentary analysis (Lakatos; Marconi, 2017) of institutional regulations, a review of academic productions (Luna, 2011), and content analysis (Bardin, 1977), using the Federal Institute of Acre – Rio Branco campus as the empirical locus. The results show that the School Registry transcends the purely technical-bureaucratic logic and is configured as a strategic educational space, in which formal and non-formal learning, academic guidance, institutional mediation, and preservation of school memory occur, although it still faces weaknesses related to the standardization of procedures, regulatory updates, technological modernization, and professional recognition. As an educational product, a guidance booklet was developed, primarily aimed at incoming students of the Integrated Technical Course in Building Construction at IFAC – Rio Branco campus, with the purpose of presenting, in a didactic and accessible way, the flows, procedures, rights, and duties related to the School Registry, contributing to academic integration, student autonomy, and the strengthening of institutional educational practices. The booklet will be used as a pedagogical-institutional tool to support the initial orientation of students in the context of Professional and Technological Education.

**Keywords:** School Records; Teaching-Learning; School Spaces; Professional and Technological Education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Pesquisas Empíricas .....	44
Quadro 2. Categorias analíticas a partir da análise de conteúdo de acordo com Bardin (1977) .....	63

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Cefets – Centros Federais de Educação Tecnológicas  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
Ifac - Instituto Federal do Acre  
ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.  
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. REFERÊNCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
2.1 ESPAÇOS ESCOLARES.....	19
2.2 TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	22
2.3 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL ...	24
2.4 O REGISTRO ESCOLAR .....	28
2.5 O REGISTRO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO .....	36
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>39</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>46</b>
4.1 ESTUDO DE REVISÃO.....	46
4.1.1 Programas de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) .....	56
4.2 O LÓCUS DA PESQUISA: O REGISTRO ESCOLAR ENQUANTO PROCESSO EDUCATIVO NO IFAC – CAMPUS RIO BRANCO .....	58
<b>5. PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>70</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>72</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>
<b>8. APÊNDICE .....</b>	<b>82</b>
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA DE ORIENTAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS FLUXOS E PROCEDIMENTO DO REGISTRO ESCOLAR DO IFAC – CAMPUS RIO BRANCO .....	82

## 1. INTRODUÇÃO

As instituições educacionais contemporâneas configuram-se como espaços complexos, constituídos por múltiplos setores, sujeitos, normas e práticas que, de forma articulada, organizam o cotidiano escolar e possibilitam a efetivação dos processos de ensino e aprendizagem. Embora a sala de aula historicamente ocupe posição central nas análises educacionais, é cada vez mais evidente que a formação dos sujeitos não se restringe às práticas pedagógicas formais, mas se constrói no conjunto das relações institucionais, nos modos de organização do trabalho, nas rotinas administrativas e nos diferentes espaços de interação que atravessam a vida escolar.

Nesse sentido, compreender a escola como uma totalidade implica reconhecer que os processos educativos se produzem também fora do espaço estritamente didático, envolvendo práticas de acolhimento, orientação, comunicação, mediação de conflitos e organização institucional. Esses elementos, ainda que frequentemente naturalizados ou invisibilizados, influenciam diretamente a experiência dos estudantes, a permanência escolar, a construção de vínculos e o sentido atribuído à trajetória formativa. Assim, investigar os espaços não escolares da instituição revela-se fundamental para ampliar a compreensão dos processos educativos e para fortalecer projetos pedagógicos comprometidos com a formação integral.

Entre esses espaços, o Registro Escolar ocupa posição estratégica na estrutura organizacional das instituições de ensino. Responsável por atividades como matrícula, controle acadêmico, certificação, expedição de documentos, acompanhamento da vida escolar dos estudantes e preservação da memória institucional, o setor constitui um ponto de convergência entre dimensões administrativas, pedagógicas, legais e humanas. Apesar disso, o Registro Escolar tem sido, historicamente, compreendido sob uma lógica predominantemente técnico-burocrática, sendo associado à execução de procedimentos formais e ao cumprimento de normativas, o que contribui para a desvalorização de seu trabalho e para a invisibilização de suas práticas no campo educacional.

Essa compreensão limitada do Registro Escolar reflete uma concepção fragmentada de escola, na qual os processos administrativos são concebidos como instâncias neutras, desprovidas de intencionalidade educativa. No entanto, abordagens contemporâneas da educação problematizam essa separação rígida

entre o pedagógico e o administrativo, defendendo que toda organização escolar produz aprendizagens, valores e modos de relação. A forma como a instituição acolhe seus estudantes, orienta seus percursos, comunica regras e direitos, organiza fluxos e registra trajetórias constitui, em si, um processo educativo que impacta a formação dos sujeitos.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa discussão assume particular relevância. A EPT fundamenta-se em uma concepção de formação integral, que articula trabalho, ciência, cultura e cidadania, exigindo que os diferentes setores institucionais estejam alinhados a um projeto educativo comprometido com o desenvolvimento humano em sua totalidade. Os Institutos Federais, enquanto instituições pluricurriculares e multicampi, apresentam elevada complexidade organizacional, diversidade de cursos e intensos fluxos acadêmicos e administrativos, o que amplia as responsabilidades do Registro Escolar e potencializa suas interações com estudantes, docentes e demais servidores.

Nesse contexto, o Registro Escolar constitui, frequentemente, o primeiro e o último ponto de contato dos estudantes com a instituição, acompanhando-os desde o ingresso, por meio da matrícula, até a conclusão do curso ou eventual desligamento. Esse percurso evidencia que o setor ocupa posição privilegiada na mediação das trajetórias acadêmicas, sendo responsável por orientar, informar, acolher e organizar os registros que materializam a vida escolar. Contudo, apesar dessa centralidade, observa-se que a produção acadêmica ainda dedica atenção insuficiente ao Registro Escolar enquanto espaço de mediação educativa, especialmente no campo da Educação Profissional e Tecnológica.

A maior parte dos estudos existentes concentra-se em aspectos normativos, legais ou procedimentais, abordando o Registro Escolar a partir de manuais, legislações e fluxos administrativos, sem aprofundar as dimensões relacionais, simbólicas e formativas que emergem das práticas cotidianas do setor. No contexto da EPT e, particularmente, na realidade amazônica e acreana, essa lacuna torna-se ainda mais evidente, uma vez que não se identificam pesquisas que tomem o Registro Escolar como objeto central de investigação sob a perspectiva da construção de saberes e da formação dos sujeitos.

Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão de pesquisa: em que medida o Registro Escolar do Instituto Federal do Acre – Campus Rio Branco pode ser compreendido como um espaço de construção de saberes que interfere no

processo de ensino-aprendizagem, para além de suas atribuições burocrático-administrativas? Essa indagação orienta o presente estudo e busca tensionar concepções naturalizadas sobre o papel do setor, sem antecipar conclusões, mas investigando empiricamente suas práticas, relações, mediações e inserção no cotidiano institucional.

A partir desse problema, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o Registro Escolar como espaço de construção de saberes no processo de ensino-aprendizagem no Ifac – Campus Rio Branco, compreendendo-o entre o paradigma burocrático-administrativo e a perspectiva pedagógica da Educação Profissional e Tecnológica, além de propor um produto educacional voltado à orientação da comunidade acadêmica. Para alcançar esse objetivo, o estudo propõe-se a identificar e analisar as normativas institucionais que regulam o funcionamento do Registro Escolar, compreender o desenvolvimento das atividades e dos fluxos de trabalho da Coordenação de Registro Escolar no campus e examinar as mediações educativas presentes nas práticas cotidianas do setor, à luz do referencial teórico adotado. Ademais, busca-se sistematizar essas reflexões na elaboração de um produto educacional que contribua para a qualificação das interações entre o setor e a comunidade acadêmica.

O lócus da pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Campus Rio Branco, instituição que se caracteriza pela oferta diversificada de cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos subsequentes, graduações, licenciaturas e programas de pós-graduação. Essa diversidade formativa, associada a um fluxo contínuo de demandas administrativas e pedagógicas, confere ao Registro Escolar papel central na organização da vida acadêmica e oferece condições privilegiadas para analisar suas práticas, desafios e potencialidades no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

A pesquisa insere-se no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculando-se à Linha de Pesquisa 2 – *Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na EPT* e ao Macroprojeto 6 – *Organização de espaços pedagógicos da EPT*. Ao situar o Registro Escolar nesse horizonte teórico e metodológico, o estudo reafirma a compreensão de que os espaços pedagógicos extrapolam os limites da sala de aula e incluem todos aqueles que organizam, mediam e dão materialidade à experiência escolar.

Por fim, ao adotar uma abordagem crítica e ampliada sobre o Registro Escolar, esta dissertação busca contribuir para o fortalecimento de uma concepção de escola que reconheça o caráter educativo de suas múltiplas dimensões institucionais. Ao articular análise teórica, investigação empírica e elaboração de um produto educacional, o estudo pretende ampliar o debate acadêmico sobre os espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, valorizar o trabalho dos servidores técnico-administrativos e oferecer subsídios concretos para a qualificação das práticas institucionais, reafirmando o compromisso da educação com a formação integral dos sujeitos.

Nesse debate ampliado sobre os espaços institucionais e seus efeitos formativos, a literatura educacional tem ressaltado a importância dos ambientes escolares enquanto dimensões constitutivas do processo educativo. Não se trata apenas de considerar o espaço físico, mas, sobretudo, as relações que nele se estabelecem, os modos de organização do trabalho e as práticas de acolhimento, comunicação e escuta que estruturam o cotidiano institucional. Estudos que discutem o ambiente escolar indicam que espaços acessíveis, acolhedores e humanizados favorecem o desenvolvimento das práticas pedagógicas e influenciam diretamente a qualidade das aprendizagens, ao passo que ambientes marcados pela rigidez excessiva, pela impessoalidade e pela fragmentação tendem a produzir distanciamentos e dificuldades nos percursos formativos.

Sob essa perspectiva, a escola passa a ser compreendida como uma comunidade de convivência e de práticas, na qual as relações baseadas no diálogo, na ética, na empatia e na confiança assumem papel central na constituição de uma educação democrática. A organização institucional, as rotinas administrativas e as formas de atendimento aos sujeitos deixam de ser elementos neutros e passam a ser reconhecidos como práticas que educam, pois modelam comportamentos, atitudes e sentidos atribuídos à experiência escolar. Nesse horizonte, a gestão educacional só se realiza de modo efetivamente participativo e humanizador quando reconhece seu caráter educativo e assume a formação dos sujeitos como finalidade coletiva, integrando dimensões administrativas e pedagógicas em um projeto comum.

É nesse quadro que se insere a atuação do Registro Escolar, setor que, embora tradicionalmente associado à burocracia, ocupa posição estratégica na mediação das relações entre estudantes, docentes, servidores e instituição. Ao organizar fluxos acadêmicos, orientar procedimentos, acolher demandas e registrar trajetórias, o

Registro Escolar participa diretamente da construção do ambiente institucional e interfere na forma como os sujeitos vivenciam a escola. Entretanto, permanece em aberto a compreensão sobre em que medida essas práticas podem ser analisadas como parte do processo educativo, especialmente quando consideradas à luz dos princípios de humanização, corresponsabilidade e formação integral.

Do ponto de vista legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/1996 (Brasil, 1996) estabelece que a escola deve promover a formação integral do cidadão, abrangendo dimensões cognitivas, sociais, culturais e éticas. Essa orientação implica reconhecer que os processos formativos não se restringem às práticas curriculares, mas se constroem também nos espaços cotidianos da instituição, nos quais se produzem relações, normas, registros e sentidos. Nesse contexto, o Registro Escolar assume relevância singular ao articular administração, pedagogia, direito e memória escolar, sendo responsável por garantir direitos, assegurar transparência institucional e preservar as trajetórias acadêmicas dos sujeitos, elementos fundamentais para a concretização do direito à educação.

Apesar dessa relevância, observa-se que, no campo da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente na realidade do estado do Acre, são escassas as investigações que problematizam o Registro Escolar enquanto espaço educativo e formativo. Levantamentos realizados em repositórios acadêmicos vinculados a programas de pós-graduação da região evidenciam a ausência de estudos que tomem esse setor como objeto central de análise sob a perspectiva da construção de saberes e das mediações pedagógicas. Tal lacuna reforça a necessidade de pesquisas que ampliem o olhar sobre os espaços institucionais e valorizem setores historicamente invisibilizados, mas estruturantes da dinâmica escolar.

Assim, ao dialogar com os debates sobre ambiente escolar, gestão democrática, humanização das práticas educativas e formação integral, esta pesquisa justifica-se tanto por sua pertinência teórica quanto por sua relevância social e institucional. Ao problematizar o lugar do Registro Escolar na Educação Profissional e Tecnológica, o estudo busca contribuir para a ampliação das discussões acadêmicas sobre os espaços pedagógicos e para a qualificação das práticas institucionais, especialmente no contexto amazônico, reafirmando a necessidade de compreender a escola como um espaço formativo em sua totalidade.

## 2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

### 2.1 ESPAÇOS ESCOLARES

A história da criação dos espaços escolares é marcada por um longo processo de transformações sociais, políticas e culturais que moldaram a forma como a humanidade organiza a transmissão de saberes. No Egito Antigo, já se observava uma educação voltada para os filhos das classes dominantes, com objetivo de prepará-los para a vida política e administrativa. Os espaços educativos, ainda restritos, eram elitizados e funcionavam como instrumentos de manutenção do poder (Manacorda, 1992).

Na Grécia, a educação ganhou contornos mais amplos com a *paideia*, que visava formar cidadãos capazes de pensar, falar e lutar, o ginásio tornou-se o espaço privilegiado da formação, integrando atividades intelectuais e físicas, figuras como o *pedônomos* (legislador da educação) e os pedagogos (frequentemente escravos que acompanhavam os jovens) compunham a organização desses espaços. Platão projetou a ideia de uma educação sistemática voltada à formação integral, enquanto Aristóteles defendia a escola pública, já sugerindo que o Estado deveria assumir o controle e a organização do processo educativo. Já em Roma, a educação esteve inicialmente ligada ao espaço doméstico, com o *pater familias* responsável pelo ensino. Posteriormente, surgiram as escolas de retórica, populares, mas alvo de críticas políticas. A incorporação da cultura grega contribuiu para estruturar o modelo romano, que, por sua vez, influenciou profundamente a educação europeia medieval (Manacorda, 1992).

De acordo com Manacorda (1992), na Idade Média, a Igreja assume protagonismo, criando escolas paroquiais e monásticas que tinham como função principal transmitir a tradição bíblica e formar religiosos. Os mosteiros foram responsáveis por preservar obras clássicas e organizar os primeiros espaços de sistematização de saberes. No século XII, surgiram as universidades, que se consolidaram como centros de ensino superior divididos em faculdades de Artes Liberais, Medicina, Direito e Teologia. Esse marco representou a institucionalização de espaços escolares mais complexos e duradouros. Com o Renascimento e o Humanismo houve mudanças significativas, o crescimento urbano e mercantil impulsionou o surgimento de escolas laicas, voltadas às demandas da burguesia.

Pensadores como Comenius defenderam que a educação deveria respeitar a natureza da criança, propondo experiências concretas e vivências práticas no espaço escolar. A *Schola Ludus*, concebida nesse período, exemplifica a valorização do aprendizado ativo. A Reforma Protestante e a Contra-Reforma também impactaram fortemente a criação de espaços escolares. Lutero defendia a ampliação da educação, inclusive para classes populares, com foco na leitura da Bíblia. Os jesuítas, em contrapartida, organizaram o *Ratio Studiorum*, modelo pedagógico e de gestão escolar que marcou profundamente a educação católica por séculos (Manacorda, 1992).

Nos séculos XVIII e XIX, com a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos, consolidou-se a defesa da escola pública, gratuita e laica, como forma de democratizar o ensino e fortalecer os novos Estados-nação. A Revolução Industrial ampliou a necessidade de instrução técnica, associando escola e trabalho. Educadores como Pestalozzi e Froebel destacaram a importância da infância e criaram métodos que valorizavam o desenvolvimento integral da criança, sendo Froebel responsável pela criação do *kindergarten*, espaço voltado para a educação pré-escolar. No século XX, novos paradigmas educacionais surgiram. John Dewey defendeu o princípio do *learning by doing*, concebendo a escola como espaço ativo e vinculado à experiência social dos estudantes. Na Rússia, Lênin impulsionou a escola politécnica, unindo instrução geral e trabalho produtivo. Gramsci, por sua vez, formulou a proposta de escola unitária, que deveria superar a dicotomia entre educação prática e educação teórica (Manacorda, 1992).

Ao longo dessa trajetória, percebe-se que a criação dos espaços escolares nunca foi neutra, sempre refletiu disputas entre elites e classes populares, Igreja e Estado, função reprodutiva e projetos emancipatórios. De instituições elitistas e restritas a ambientes de democratização e de formação crítica, os espaços escolares foram se transformando em resposta às demandas históricas, assumindo centralidade na construção da cidadania e na reprodução, ou superação, das desigualdades sociais.

Nesse sentido, o espaço destinado para desenvolvimento educacional é uma preocupação antiga. Esses espaços são sujeitos à edificação do homem que se desenvolveu ao longo da história e manifestam as relações sociais e culturais das civilizações em cada época. Sabe-se que espaços em que acontecem ensino/aprendizagem são inúmeros, entretanto são derivados de atuações do homem



constituídas entre o lugar, o social e o cultural. O espaço escolar e suas adaptações se davam mediante interpretações que atendessem a um ideal de organização e funcionamento da escola, um conjunto de mudanças surgiu e novos lugares foram acrescentados à arquitetura escolar como a Secretaria Acadêmica (Szadkoski, 2022).

Com o passar dos tempos, o espaço foi se reorganizando e se redefinindo, apresentando-se não apenas como mais um elemento geográfico, mas transformando-se em um lugar de cunho social e cultural. O espaço apresenta um conjunto coerente, carregado de significados culturais e afetivos daqueles que com ele se relacionam, não existindo neutralidade (Ribeiro, 2004).

Portanto, de acordo com Ribeiro (2004, p. 103), “um espaço gera sentimento de identidade e de pertencimento, transmite normas e valores possibilitando laços afetivos”. Resignificando, “precisamos contemplar os espaços educativos bem como um território de atividade humana, como suporte de conteúdos simbólicos”, afirma Wolff (1996, p. 105). Nesse sentido, Libâneo (2015) apresenta o espaço escolar como um ambiente educativo onde todos aqueles que atuam participam das atividades educativas.

Dermeval Saviani (2007), ao discutir os fundamentos ontológico-históricos da relação entre trabalho e educação, mostra que, nas origens da humanidade, aprender e produzir eram dimensões inseparáveis. Os homens aprendiam a viver no próprio ato de produzir sua existência, ou seja, a educação estava imersa no trabalho. Nesse momento inicial, não havia uma separação de espaços, a vida em comunidade, a produção coletiva e a aprendizagem se confundiam. Com a divisão social do trabalho e o surgimento da sociedade de classes, aparece a ruptura entre trabalho e educação. Esse processo levou à criação da escola como espaço específico, inicialmente destinado às classes dominantes, enquanto a maioria aprendia no próprio fazer produtivo. A escola nasceu, portanto, marcada pela distinção entre formação intelectual (para os que tinham tempo livre) e formação prática (para os que sustentavam a produção material).

Ao longo da história, esse movimento se consolidou e os espaços escolares foram sendo instituídos como lugares apartados do mundo do trabalho, a escola passou a ser reconhecida como o espaço legítimo da educação, adquirindo formas próprias, currículos e métodos, mas carregando consigo a herança da desigualdade: uma escola para dirigentes e outra para trabalhadores. Com a modernidade e, sobretudo, a Revolução Industrial, a escola assume centralidade como espaço

educativo, necessária à formação mínima exigida para a vida em sociedade, tornando-se instituição pública, obrigatória e universalizada (Saviani, 2007).

Saviani (2007), inspirado em Gramsci, propõe que o espaço escolar seja organizado com base no trabalho como princípio educativo, em que a escola deve articular a formação intelectual com a prática social, superando a separação entre teoria e prática. No ensino fundamental, essa articulação é indireta, por meio da apropriação de conhecimentos básicos necessários à vida em sociedade. Já no ensino médio, a relação deve ser explícita e direta, aproximando o estudante da compreensão crítica dos processos produtivos, mas sem reduzir a escola a mero treinamento técnico. A meta é uma formação politécnica, capaz de fornecer os fundamentos científicos que sustentam as diversas técnicas, favorecendo a autonomia e a criatividade.

Assim, os espaços escolares, longe de serem apenas lugares físicos, configuram-se como arenas sociais onde se expressam as contradições entre trabalho e educação. Eles podem reforçar a separação histórica entre classes, ou podem se tornar espaços de emancipação, nos quais o conhecimento se vincula à prática humana e à liberdade.

## 2.2 TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui-se como um campo educacional marcado por disputas históricas, políticas e epistemológicas acerca do papel da escola na formação dos sujeitos. Para compreendê-la, torna-se imprescindível recorrer à categoria trabalho como fundamento ontológico da existência humana e, simultaneamente, como princípio organizador dos processos educativos.

Saviani (2007; 2011) sustenta que o trabalho é a mediação fundamental entre o ser humano e a natureza, sendo por meio dele que os sujeitos produzem sua vida material, constroem relações sociais e elaboram cultura. Nessa perspectiva, a educação não é um fenômeno externo ao trabalho, mas nasce no interior das práticas sociais de produção da existência, aprender e trabalhar constituíam, nas sociedades originárias, dimensões indissociáveis de um mesmo processo.

Contudo, com a consolidação da divisão social do trabalho e o advento da sociedade de classes, ocorre a ruptura dessa unidade originária. A educação passa a se institucionalizar em espaços específicos, na escola, e a assumir funções distintas conforme a posição social dos sujeitos. A formação intelectual, abstrata e teórica passa a ser reservada às classes dominantes, enquanto às classes trabalhadoras é destinada uma formação prática, instrumental e fragmentada, essa cisão histórica marca profundamente a trajetória da educação profissional, imprimindo-lhe um caráter utilitarista e subordinado às demandas imediatas da produção.

No contexto brasileiro, essa dualidade estrutural manifesta-se de forma persistente. Ramos (2014) analisa que a educação profissional foi, por longos períodos, concebida como estratégia de contenção social e preparação de força de trabalho, desprovida de um projeto formativo emancipador, essa lógica reduziu a EPT à função de treinamento, esvaziando sua dimensão cultural, política e humana.

Em contraposição a essa perspectiva, a concepção de formação humana integral emerge como fundamento teórico-político da EPT contemporânea, especialmente no âmbito dos Institutos Federais e do ProfEPT. Essa concepção propõe a superação da fragmentação entre trabalho manual e intelectual, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões constitutivas do processo formativo. Nessa abordagem, o trabalho deixa de ser apenas objeto de preparação e passa a ser princípio educativo, orientando a organização curricular, as práticas pedagógicas e a compreensão dos espaços institucionais.

Assim, pensar a EPT implica reconhecer que a formação dos sujeitos não se restringe à aquisição de competências técnicas, mas envolve a apropriação crítica dos fundamentos científicos e sociais que estruturam os processos produtivos, bem como o desenvolvimento da autonomia, da consciência histórica e da cidadania.

A compreensão da escola como totalidade formativa exige ampliar o olhar para além da sala de aula e reconhecer que os processos educativos se materializam em múltiplos espaços, práticas e relações institucionais. Libâneo (2015; 2018) afirma que a escola é uma organização educativa complexa, na qual todas as formas de funcionamento, administrativas, pedagógicas e relacionais, produzem aprendizagens e influenciam a formação dos sujeitos.

Nesse sentido, os espaços institucionais não são neutros nem meramente funcionais, carregam significados culturais, normas, valores e modos de organização que educam de forma explícita ou implícita. Ribeiro (2004) destaca que o espaço gera

sentimentos de pertencimento e identidade, ao mesmo tempo em que transmite expectativas de comportamento e formas de relação com o saber e com a instituição. Assim, o espaço escolar atua como mediador simbólico das experiências educativas.

Szadkoski (2022) contribui para esse debate ao afirmar que os espaços educativos devem ser compreendidos como construções sociais, historicamente situadas, nas quais se produzem interações formativas contínuas. Essa compreensão desloca a ideia de espaço como mero cenário físico e o reposiciona como lugar de práticas educativas, atravessadas por relações de poder, afetividade, memória e cultura institucional.

No âmbito da EPT, essa discussão ganha densidade particular, a proposta de formação integral pressupõe que os sujeitos vivenciem experiências educativas diversificadas, que articulem saberes técnicos, científicos e humanísticos. Dessa forma, setores tradicionalmente classificados como administrativos, secretaria, registro escolar, coordenações, bibliotecas e outros, passam a integrar o conjunto de espaços formativos da instituição.

Esses espaços produzem um currículo não formal, ou currículo oculto, que ensina normas, valores, formas de organização e modos de relação com o conhecimento e com a autoridade institucional. Ignorar essa dimensão implica reduzir a escola a um espaço instrucional, desconsiderando a riqueza formativa que se produz nas interações cotidianas.

## 2.3 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

A educação profissional no Brasil possui uma trajetória longa e complexa, intimamente relacionada às transformações econômicas, sociais e políticas do país. Desde o início do século XX, o Estado brasileiro buscou organizar e expandir a formação de trabalhadores qualificados, respondendo às demandas de uma sociedade em processo de industrialização e modernização agrícola.

O primeiro marco significativo da educação profissional no Brasil ocorreu em 1909, quando o presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 7.566 (Brasil, 1909), criando “Escolas de Aprendizes e Artífices” em cada uma das capitais de estados à época. Estas instituições foram concebidas para formar mão de obra qualificada em ofícios e técnicas artesanais, representando uma tentativa pioneira do Estado de

intervir na formação de trabalhadores, ainda que em escala limitada e centralizada. Assim, simbolizam os primeiros esforços de formalização do ensino técnico no país, numa época em que a indústria nacional ainda estava em fase inicial e a economia brasileira permanecia predominantemente agrícola.

Na década de 1920, a legislação avançou no sentido de tornar o ensino profissional obrigatório, o Decreto nº 5.241, de 27 de agosto de 1927 (Brasil, 1927), estabeleceu que “o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União”. Esta norma representa um passo decisivo na institucionalização da educação profissional, ao integrar o ensino técnico ao sistema formal de instrução básica, reconhecendo-o como componente essencial para o desenvolvimento econômico e social.

O período do governo Getúlio Vargas (1930–1945) foi decisivo para a consolidação da educação profissional no Brasil. A Constituição Federal de 1937 (Brasil, 1937a) enfatizou a responsabilidade do Estado na promoção da educação industrial e profissional, determinando que indústrias e sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes em suas respectivas áreas de especialização. Complementando este marco, a Lei nº 378/1937 (Brasil, 1937b) em que designava que a Escola Normal de Artes e Offícios Wenceslão Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, fossem transformadas em lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos.

Essa fase marca a tentativa de articular o ensino técnico com as necessidades produtivas do país, refletindo a lógica de um Estado interventor que buscava estimular o crescimento industrial e criar uma base de trabalhadores qualificados. Segundo Renan Antonio Silva (2017), o modelo varguista evidenciou uma preocupação com a formação de trabalhadores técnicos capazes de atender à demanda crescente por mão de obra especializada, integrando a educação à política econômica nacional.

O ano de 1942 foi fundamental para estruturar a educação industrial brasileira, com a aprovação do Decreto-Lei nº 4.073 (Brasil, 1942a), conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, definiu dois ciclos de ensino: o primeiro ciclo, voltado ao ensino industrial básico, à mestria, ao ensino artesanal e à aprendizagem; e o segundo ciclo, destinado ao ensino técnico e pedagógico. Nesse mesmo ano, o Decreto-Lei nº 4.127/1942 (Brasil, 1942b) reorganizou a rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, extinguindo os liceus industriais e transformando-os em escolas industriais e técnicas capazes de oferecer formação

completa nos dois ciclos estabelecidos. Ainda em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) pelo Decreto-Lei nº 4.048 (Brasil, 1942c), instituindo uma estrutura nacional de educação voltada ao desenvolvimento industrial e à capacitação técnica de trabalhadores.

Em 1946 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) pelo Decreto-Lei nº 8.621 (Brasil, 1946), regulamentando também a aprendizagem dos comerciários, atribuindo à Confederação Nacional do Comércio o encargo de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial. No mesmo ano, a educação profissional agrícola e comercial recebeu atenção formal com a promulgação do Decreto-Lei nº 9.613/1946 (Brasil, 1946a), conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola, assim regulamentando os estabelecimentos de ensino agrícola federais.

Em 1961, a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1961) possibilitou que os concluintes de cursos de educação profissional pudessem prosseguir estudos no ensino superior, integrando educação técnica e acadêmica, representando um avanço estratégico na trajetória da educação profissional, consolidando o caráter de mobilidade e continuidade formativa.

Na ditadura militar, a Lei 5.692/1971 promoveu uma inflexão tecnicista, impondo a profissionalização compulsória no ensino de 2º grau. O objetivo central era atender às necessidades imediatas do mercado, em detrimento da formação crítica e cidadã (Brasil, 1971). Essa lógica reforçou a dualidade histórica entre uma educação propedêutica, voltada às elites, e uma educação técnica destinada às camadas populares.

Os anos 1970 trouxeram incentivos fiscais para que empresas investissem em treinamento profissional, por meio da Lei nº 6.297/1975 (Brasil, 1975), enquanto a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), em 1978 (Brasil, 1978), ensaiando uma nova fase na expansão e modernização das instituições de ensino técnico, assegurando que a expansão e a manutenção dos Cefets serão asseguradas basicamente por recursos consignados anualmente pela União à conta do orçamento do Ministério da Educação e Cultura.

A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) em 1991, com o objetivo de organizar, administrar e executar no país o ensino da formação profissional rural e a promoção social dos trabalhadores rurais, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores

rurais (Brasil, 1991). Logo mais, em 1994 a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica representando avanços significativos na consolidação de uma rede articulada de educação profissional e tecnológica (Brasil, 1994).

Em 1996, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/1996, em que dedicou-se um capítulo específico à educação profissional, que posteriormente foi atualizado pela Lei nº 11.741/2008, fortalecendo a regulamentação e a qualidade da oferta, indicando que os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, de acordo com as normas dos respectivos sistemas e níveis de ensino, bem como orientando que a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (Brasil, 1996; 2008a). Nesse sentido, entre os anos de 1998 e 2008, resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) definiram diretrizes curriculares nacionais para cursos técnicos e tecnológicos, bem como para estágios supervisionados e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Esses instrumentos normativos garantiram maior padronização e integração da formação profissional às demandas do mercado de trabalho e à realidade produtiva do país.

Nos anos recentes, políticas públicas voltadas à educação profissional têm buscado ampliar o acesso e integrar a formação técnica à educação básica. A Lei nº 13.005/2014 estabeleceu metas ambiciosas para educação de jovens e adultos e expansão da educação profissional técnica de nível médio. Em 2017, a Lei nº 13.415/2017 introduziu o itinerário formativo “Formação Técnica e Profissional” no ensino médio, enfatizando vivências práticas, parcerias com o setor produtivo e certificações intermediárias (Brasil, 2014; 2017). Tais medidas consolidam a educação profissional como instrumento de inclusão social, mobilidade educativa e preparo para o mercado de trabalho contemporâneo.

A trajetória da educação profissional no Brasil evidencia um processo contínuo de expansão, regulamentação e modernização, refletindo tanto as demandas econômicas do país quanto a necessidade de articulação entre educação básica, formação técnica e inserção no mercado de trabalho. Desde as primeiras escolas de aprendizes e artífices até os atuais sistemas integrados de educação profissional e tecnológica, observa-se a construção de um arcabouço institucional robusto, com foco

na qualidade, diversidade e equidade no acesso à formação profissional. Sendo assim, o desenvolvimento da educação profissional não é apenas uma resposta às exigências do mercado, mas também um mecanismo de promoção da cidadania, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

No século XXI, observa-se a consolidação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como campo estratégico para o desenvolvimento do país. Com a criação dos Institutos Federais, simbolizando esse avanço, ao instituir uma rede voltada para a integração entre ensino, pesquisa e extensão, buscando articular ciência, cultura, tecnologia e trabalho. A proposta da formação humana integral ganha força, defendendo que a EPT não se restrinja a capacitar para funções imediatas, mas contribua para o desenvolvimento local, regional e nacional. Apesar dos progressos, persistem desafios significativos, entre eles a superação da histórica dualidade estrutural, que reserva a educação propedêutica às elites e a educação profissional às classes populares. Também permanece a tensão entre uma visão utilitarista da EPT, centrada na empregabilidade, e uma concepção emancipatória, voltada à cidadania crítica e ao desenvolvimento humano. Assim, a trajetória da educação profissional no Brasil revela-se como campo de disputas: de um lado, interesses econômicos que a vinculam estritamente ao mercado; de outro, movimentos pedagógicos e sociais que reivindicam uma formação integral, crítica e transformadora (Ramos, 2014).

## 2.4 O REGISTRO ESCOLAR

O Registro Escolar faz parte do espaço escolar e é nele que o primeiro contato acontece entre a comunidade e a instituição, que deve ser “alimentado de um olhar atento, curioso, educativo e humano” (Santos; Santos, 2020, p. 166). Com esse olhar atento e educativo acontece a escuta aos pais e alunos na matrícula e perpassa até a conclusão ou transferência. E essa escuta é fundamental, mesmo com todos os impasses diários intrínsecos a cada instituição (Szadkoski, 2022). Nesse sentido, ao escutar o outro, evidencia o seu valor. O servidor que atua no Registro Escolar é de suma importância saber escutar, pois estará realizando interações sociais, uma vez que saber se relacionar é a arte de colocar-se e colocar o outro em harmonia com o todo (Barbosa; Pegorini, 2017).



Os registros escolares, comumente associados à dimensão burocrática e administrativa da instituição de ensino, revelam-se, sob uma análise mais aprofundada, como espaços educativos dotados de densidade cultural, social e pedagógica. Tais registros, que englobam matrículas, históricos, atas, livros de classe e certificados, não se limitam a comprovar juridicamente a trajetória escolar dos sujeitos, constituem também práticas formativas, permeadas por interações que transmitem valores, normas e saberes. Ao serem produzidos, organizados e interpretados, esses documentos deixam de ocupar o lugar passivo de meros instrumentos de controle e passam a configurar ambientes de ensino-aprendizagem (Favaro, 2014).

No campo jurídico e normativo, os registros escolares possuem valor probatório, assegurando ao estudante o direito ao reconhecimento oficial de seus estudos. Documentos como certificados, diplomas e históricos escolares têm validade legal e permitem a continuidade de estudos em diferentes níveis ou sistemas de ensino. Sua correta emissão e arquivamento constituem, portanto, uma garantia de cidadania, na medida em que o acesso a oportunidades acadêmicas e profissionais está diretamente vinculado à autenticidade desses registros (Domínguez, 2018).

Nesse sentido, a secretaria escolar, responsável pela gestão e guarda desses registros, deve ser compreendida como um espaço educativo privilegiado. Cada ato escriturário realizado nesse setor, seja a matrícula de um estudante, a emissão de um histórico ou a orientação acerca de uma transferência, traduz-se em oportunidade de formação. O contato dos sujeitos com esses registros não apenas os familiariza com a linguagem institucional e legal, mas também os introduz às práticas de cidadania e de organização social, favorecendo o desenvolvimento de competências de leitura, interpretação e autonomia. Assim, o que parece burocrático em sua superfície contém, na essência, um potencial pedagógico significativo (Favaro, 2014).

Os registros escolares constituem um dos pilares fundamentais da gestão educacional, uma vez que documentam de forma sistemática e oficial toda a trajetória acadêmica do estudante e o funcionamento da instituição. Eles não se limitam apenas a armazenar informações burocráticas, mas configuram-se como instrumentos de memória institucional, de garantia de direitos e de transparência administrativa. Em termos práticos, representam a formalização da vida escolar, assegurando a autenticidade e a validade das experiências educacionais vividas pelo aluno. A análise dos registros escolares revela seu papel multifacetado. Em primeiro lugar, eles

cumprem uma função administrativa, garantindo a organização do cotidiano escolar. Matrículas, históricos, transferências, atas e atas de conselho de classe são exemplos de registros que asseguram o controle sobre a vida acadêmica e permitem que a escola opere de acordo com a legislação vigente (Domínguez, 2018).

Sendo assim, demanda um do olhar pedagógico em dados e informações mais específicas para o assessoramento pedagógico, para que não restrinja a condição de uma análise diferenciada do estudante e não revelando a autêntica vida escolar em função do seu desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem e pessoal, seja do ponto de vista biológico, emocional, social ou cultural. Os Registros Escolares apresentam caráter legal provenientes do processo pedagógico, em que a equipe pedagógica, ao apoio de dados auxiliares e/ou subjetivos provindos de coleta (Oliveira, 2013).

Por conseguinte, o Registro Escolar é de fato um espaço educativo, pois se trata de um lugar no todo escolar que apresenta trocas de significados afetivos e culturais atuando nas ações desenvolvidas na instituição. A prática educativa atuante nos espaços de interação de indivíduos que ensinam e aprendem, pode, ao Registro Escolar, ser creditado como um espaço de acontecimento dessa prática, pois, no espaço do Registro, acontecem compartilhamentos, troca e negociação de significado (Sacristán, 1999, p. 91).

O processo de aprendizagem não se dá somente em sala de aula, mas em todo o contexto sociocultural, com as interações sociais, com as formas de organização e gestão de maneira que a escola seja vista como uma organização de ensino, comunidade de prática e de aprendizagem (Libâneo, 2018).

Em Libâneo (2015), as pessoas que atuam no espaço escolar participam das atividades educativas. Portanto, todos os sujeitos que interagem nesse espaço, formam sua cultura, práticas e significados. Nasce, nessa condição, um ambiente institucional e sociocultural que transmite educação:

[...] os modos de funcionamento da escola são práticas educativas, eles educam e ensinam, propiciam aprendizagens, produzem mudanças no modo pensar e agir das pessoas. Isso pode ser comprovado desde a concepção de gestão que vigora na escola, a estrutura de gestão, o processo de tomada de decisões, as formas de relacionamento entre as pessoas, até o modo como funcionam a entrada das crianças na sala de aula, o relacionamento do pessoal administrativo com os alunos, o relacionamento entre as professoras, a distribuição da merenda, a higiene dos banheiros, a limpeza, etc. Todas essas práticas carregam um forte sentido educativo e de aprendizagem (Libâneo, 2015, p. 02).

Conforme são disponibilizadas as responsabilidades destinadas ao Registro Escolar, os servidores que trabalham no setor estão profundamente conectados a todos os outros setores da instituição, requerendo correlação com todos os comprometidos no processo educativo (Abud, 2012). Segundo Pacheco (2015), são educadores todos aqueles que interagem com os educandos. Todos os sujeitos, dentro de suas especificidades, professores, técnicos e funcionários, trabalhadores em educação precisam reconhecer suas atuações como educativas.

Nessa perspectiva, todos os profissionais atuantes no Registro Escolar desempenham um papel formativo, tanto para com os membros da Instituição, como com a comunidade externa. Por conseguinte, a escola não ensina apenas dentro da sala de aula, mas em todos os ambientes de interação escolar. Os alunos aprendem com as formas de organização, com as formas de relacionamento, com as rotinas, como os modos de solucionar problemas e solucionar conflitos (Libâneo, 2018).

De acordo com Ribeiro (2004), o espaço educacional deve ser um ambiente acessível, pois é nele que ocorre a prática docente. Deve ter condições favoráveis para o desenvolvimento do bem-estar de professores e alunos e, dessa forma, as atividades de ensino podem ser bem-sucedidas. Todas as práticas desenvolvidas por alunos, professores e funcionários precisam ocorrer em espaços envolventes que facilitem as atividades de ensino e aprendizagem. (Carpinteiro; Almeida, 2009). É imprescindível pensar em um ambiente mais humano, propício a atos de humanização, em relações baseadas no diálogo, no consenso, ética, confiança e empatia entre direção e professores, entre professores e alunos, entre direção e funcionários técnicos e administrativos, combinando exigência, respeito, severidade e tato humano (Libâneo, 2018).

Nesse viés, uma gestão participativa e humanizadora é possível quando se apropria de seu caráter educacional, na qual o educador-gestor se responsabiliza pela formação dos sujeitos geridos e formados por ela (Paro, 2016). A ação de humanizar é abrigar, é tornar o humano mais humano. No espaço escolar é imprescindível ser referência de esperança e humanização (Szadkoski, 2022).

Para a lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, a escola deve exercer um papel humanizador e socializador, além de desenvolver habilidades e competências que possibilitem a construção do conhecimento e de valores necessários à conquista da cidadania plena. Para que essa função seja cumprida, é

necessário considerar a vida cotidiana do aprendiz e do educador, uma vez que carregam elementos extrínsecos à realidade escolar, e esses devem ser relevantes nas relações estabelecidas no ambiente escolar (Brasil, 1996).

Nos espaços escolares, a humanização busca a união e aproxima os indivíduos para a construção de pessoas mais positivas na sociedade. Este processo ajuda na educação de forma eficaz onde todos precisam trabalhar em equipe.

Esse enfoque humanístico apresenta a compreensão de que:

a aprendizagem não se restringe ao acúmulo de conhecimento, haja vista que ela exerce influência em várias outras áreas da vida do sujeito, como sua afetividade, suas escolhas e não apenas o intelecto, comportamento ou cognição (Machado; Melo; Oliveira; Oliveira, 2019, p. 161).

Desta forma, o humanismo vai ao encontro dos princípios da EPT, uma vez que se centra nos pilares de valorização do ser humano como pessoa, de interação social entre os sujeitos e crescimento pessoal, e no estudante como protagonista em busca de autonomia para aprender a aprender (Szadkoski, 2022).

Nesse sentido, são os espaços educativos, deslocando-os da ideia meramente geográfica e arquitetônica para uma dimensão social, cultural e simbólica, todo espaço construído por relações humanas carrega significados, normas, valores e identidades, transmitindo um “currículo oculto” (Szadkoski; Paixão, 2023). Dentro dessa perspectiva, o Registro Escolar tradicionalmente reduzida a uma função burocrática de registros, matrículas, expedição de diplomas e controle documental é reconhecido como um espaço educativo, onde circulam símbolos, signos, diálogos e práticas formativas.

Historicamente, a constituição dos espaços educativos acompanha o desenvolvimento do trabalho e da cultura. Desde as práticas educativas informais no Egito Antigo, passando pelo papel jesuítico no Brasil colonial, até a consolidação da EPT, sempre houve uma forte vinculação entre espaço e processo formativo. A EPT no Brasil se estruturou a partir de iniciativas assistencialistas no século XIX, ganhou corpo com as Escolas de Aprendizes e Artífices, os Liceus e o Senai, passando por reformas legais (LDBs, decretos de 1997 e 2004, criação dos Institutos Federais em 2008), mas manteve a lógica arquitetônica herdada dos grupos escolares republicanos. É nesse arranjo institucional que pode-se consolidar o Registro Escolar

como setor administrativo, mas também espaço de interações formativas (Szadkoski; Paixão, 2023).

Um dos primeiros pontos de contato da comunidade (alunos, pais, docentes, servidores, público externo) com a instituição é o Registro Escolar, lugar em que se materializam processos cruciais como matrícula, transferências, emissão de documentos, certificações, registros oficiais e acompanhamento da trajetória estudantil. No entanto, esses atos não se restringem à burocracia, implicam orientações, esclarecimentos, escuta, diálogo e acolhimento, o que dá caráter educativo ao setor. Os servidores assumem papel formador ao instruir estudantes no uso de sistemas acadêmicos, explicar editais, orientar preenchimento de formulários, esclarecer legislações educacionais e até traduzir a linguagem institucional em termos acessíveis. Ou seja, cada interação no registro envolve transmissão de significados históricos e culturais, constituindo práticas educativas. Assim, atua como espaço de mediação simbólica e de produção de aprendizagens não formais, seja no contato com alunos, professores recém-contratados ou comunidade externa (Szadkoski; Paixão, 2023).

Portanto, todos os trabalhadores da escola são educadores, cada qual contribuindo com práticas formativas específicas. Assim, o espaço da secretaria não pode ser reduzido a “setor administrativo”, pois é também lugar de transmissão de cultura institucional, de construção de identidades, de preservação de memórias e de circulação de normas e valores (Libâneo, 2018; Pacheco, 2015; Sacritan, 1999). Sendo assim, um espaço vivo de interações educativas, marcado por trocas simbólicas e práticas de orientação que influenciam o percurso estudantil. É de grande importância seu reconhecimento enquanto espaço educativo para valorização institucional e o trabalho dos servidores, bem como para compreender a escola como um todo, não apenas a sala de aula, mas como um conjunto de ambientes formativos, sendo um espaço de formação, diálogo e cultura, onde o ato de registrar, orientar e comunicar torna-se prática pedagógica.

Fernanda Sobreira, Melina Santos e Jeorgina Rodrigues (2021), em seu estudo destacam que o registro escolar cumpre funções múltiplas, administrativas (atestando dados de matrícula, frequência, resultados), jurídicas (comprovação de direitos como aposentadoria de professores ou histórico de alunos), mas também culturais e históricas, pois preserva a identidade institucional e permite reinterpretar o passado. Nesse sentido, os registros não são produzidos com a intenção inicial de se tornarem

fontes históricas, mas acabam se constituindo como tais. Eles funcionam como lugares de memória, na medida em que registram práticas e experiências cotidianas que seriam esquecidas se não houvesse preservação. Sendo assim, o registro escolar é simultaneamente fonte de pesquisa (para historiadores, pedagogos, cientistas da informação) e lugar educativo, já que sua preservação e estudo alimentam novas práticas pedagógicas, ajudam a construir identidade institucional e fortalecem o sentimento de pertencimento da comunidade escolar.

Os registros escolares cumprem ainda a função de preservação da memória e de consolidação da identidade institucional. Arquivos correntes e permanentes, quando devidamente organizados, documentam trajetórias individuais e coletivas, permitindo a compreensão histórica das práticas pedagógicas, das mudanças curriculares e das dinâmicas socioculturais vividas pela comunidade escolar. A análise desses documentos possibilita identificar padrões de permanência e de evasão, perfis sociais e econômicos de estudantes, bem como práticas de inclusão e exclusão em determinados contextos históricos. Desse modo, constituem fontes valiosas para a pesquisa acadêmica e para o desenvolvimento de projetos pedagógicos que articulam história, memória e identidade (Favaro, 2014).

Nesse sentido, deve ser entendido como acervo vivo, que ultrapassa sua função administrativa para se tornar espaço educativo e de pesquisa, capaz de articular ensino, aprendizagem, memória e identidade. Ele registra práticas e experiências cotidianas que, analisadas em perspectiva, possibilitam tanto a reconstrução da história da escola quanto a compreensão de fenômenos sociais mais amplos (Sobreira; Santos; Rodrigues, 2021).

Além disso, os registros escolares operam como mediadores culturais. Ao exigir interações entre agentes educacionais, estudantes, famílias e gestores, instauram práticas comunicativas que não apenas esclarecem procedimentos, mas também produzem aprendizagens não formais. O ato de solicitar um documento, compreender um edital ou interpretar um boletim escolar revela-se como processo formativo, pois orienta o sujeito na apropriação das lógicas institucionais e amplia sua capacidade de transitar em diferentes esferas sociais. Nesse aspecto, os profissionais da secretaria escolar desempenham papel pedagógico relevante, ao traduzirem normas e regulamentos em linguagens acessíveis e ao promoverem a orientação adequada da comunidade (Favaro, 2014).

Longe de serem meros instrumentos administrativos, os registros escolares configuram-se como espaços educativos privilegiados na medida em que articulam funções probatórias, memoriais e pedagógicas, oferecendo materiais e situações que favorecem aprendizagens formais, não formais e informais. A pesquisa que relaciona arquivo e educação evidencia que essa articulação não é acidental, mas resultado de mudanças epistemológicas e políticas, entre elas a renovação historiográfica, a revalorização das fontes históricas e as diretrizes curriculares que incorporam o trabalho com documentos e da própria transformação das instituições arquivísticas, que passaram a desenvolver serviços educativos voltados ao público escolar (visitas técnicas, oficinas, exposições, atividades de educação patrimonial) (Santana Filho; Castilho, 2022).

Assim, os registros escolares devem ser reconhecidos como espaços educativos dinâmicos, nos quais se articulam funções administrativas, memoriais e pedagógicas. Ao mesmo tempo em que garantem a legalidade da vida escolar, preservam a história da instituição e possibilitam experiências de ensino-aprendizagem que formam sujeitos críticos, autônomos e conscientes de seus direitos. A secretaria escolar, como locus privilegiado desses registros, deve ser valorizada e compreendida em sua dupla função, administrativa e formativa. Os profissionais que nela atuam são mediadores fundamentais entre documentos, normas e sujeitos, assumindo papel pedagógico que precisa ser reconhecido e fortalecido, enfatizando que a formação dos sujeitos não se restringe à sala de aula, mas se produz em múltiplos ambientes, práticas e interações, entre os quais os arquivos e registros ocupam lugar central (Santana Filho; Castilho, 2022).

Cabe ressaltar que os registros escolares não devem ser reduzidos à função de comprovação formal da vida acadêmica. Eles constituem espaços educativos nos quais se materializam práticas de ensino e aprendizagem, mediadas por interações sociais e por processos de preservação da memória institucional. Reconhecer essa dimensão implica ressignificar a secretaria escolar como lócus de formação, em que documentos não apenas registram o passado, mas ensinam, orientam e constroem cidadania no presente (Favaro, 2014).

Apesar de seu potencial formativo, os registros escolares enfrentam desafios significativos, muitos acervos encontram-se desorganizados, sem políticas adequadas de preservação ou digitalização, o que compromete seu uso pedagógico e sua função memorial. A rotatividade de profissionais na secretaria e a ausência de

formação específica em gestão documental também geram falhas e inconsistências que podem prejudicar a trajetória acadêmica dos estudantes. Outro desafio diz respeito à subvalorização institucional da secretaria escolar, frequentemente compreendida apenas como setor burocrático, essa visão limitada reduz as possibilidades educativas do espaço e dificulta sua integração ao projeto pedagógico da escola (Santana Filho; Castilho, 2022).

## 2.5 O REGISTRO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

A leitura integrada dos autores que discutem espaço escolar, humanização e práticas educativas permite tensionar a compreensão historicamente consolidada do Registro Escolar como setor meramente burocrático. Embora Domínguez (2018) destaque o caráter jurídico e probatório dos registros escolares, ao vinculá-los à garantia de direitos e à legalidade da vida acadêmica, essa dimensão normativa não se sustenta isoladamente. Favaro (2014) problematiza tal visão ao afirmar que o registro não apenas comprova, mas forma, pois a própria interação com normas, documentos e procedimentos institucionais constitui prática educativa. Nesse sentido, o valor jurídico dos registros, longe de anular sua dimensão pedagógica, reforça-a, uma vez que o exercício da cidadania pressupõe a compreensão e a apropriação consciente das regras que organizam a vida social e escolar.

Essa compreensão amplia-se quando dialoga com Libâneo (2015; 2018), para quem os modos de funcionamento da escola são, em si, práticas educativas. Ao afirmar que a gestão, as relações interpessoais e as rotinas institucionais educam tanto quanto as práticas pedagógicas formais, o autor desloca o foco exclusivo da sala de aula e insere setores como o Registro Escolar no campo da formação humana. Sob essa ótica, o ato de orientar um estudante sobre um procedimento acadêmico, explicar uma norma institucional ou acolher uma demanda torna-se prática formativa, pois produz aprendizagens sobre direitos, deveres, organização social e pertencimento institucional. Essa leitura dialoga diretamente com Sacristán (1999), ao compreender o espaço educativo como lugar de negociação de significados e de construção simbólica, no qual as interações produzem sentidos que moldam a experiência escolar.



Entretanto, para que o Registro Escolar se constitua efetivamente como espaço educativo, não basta reconhecer seu potencial formativo; é necessário problematizar as condições em que esse potencial se realiza. Ribeiro (2004), Carpinteiro e Almeida (2009) alertam que ambientes escolares desumanizados, marcados por rigidez excessiva, precarização e relações impessoais, tendem a limitar as possibilidades educativas. Libâneo (2018) aprofunda essa crítica ao afirmar que a humanização das relações institucionais exige práticas baseadas no diálogo, na ética e na empatia. Nesse sentido, a atuação do Registro Escolar torna-se contraditória quando pressionada por lógicas meramente administrativas, metas quantitativas e sobrecarga de trabalho, que reduzem o tempo de escuta e comprometem a qualidade das interações formativas.

Essa tensão entre burocracia e formação é evidenciada por Szadkoski (2022), ao afirmar que a humanização no espaço escolar não é um adorno discursivo, mas um princípio político e pedagógico. Para a autora, humanizar é reconhecer o outro como sujeito histórico e social, portador de direitos e de trajetórias singulares. Quando o Registro Escolar se limita à execução mecânica de procedimentos, reforça processos de invisibilização e distanciamento; quando, ao contrário, assume a escuta, a orientação e o acolhimento como dimensões centrais de sua prática, torna-se espaço de resistência à lógica tecnicista e de afirmação da educação como prática social emancipadora.

Essa leitura crítica encontra respaldo em Paro (2016), ao defender que a gestão democrática só se efetiva quando reconhece seu caráter educativo e assume a formação dos sujeitos como responsabilidade coletiva. Sob essa perspectiva, o Registro Escolar não pode ser compreendido como setor isolado ou subalterno, mas como parte constitutiva do projeto pedagógico institucional. A fragmentação entre administrativo e pedagógico, comum nas organizações escolares, compromete a construção de uma escola verdadeiramente democrática, pois desconsidera que os processos administrativos também educam e produzem valores, normas e subjetividades.

No campo da Educação Profissional e Tecnológica, essa discussão adquire contornos ainda mais complexos. Pacheco (2015) afirma que todos os trabalhadores da escola são educadores, o que implica reconhecer os servidores técnicos e administrativos como sujeitos formadores. Essa concepção rompe com hierarquias tradicionais do trabalho escolar e dialoga com Abud (2012), ao evidenciar que os

profissionais do Registro Escolar estão profundamente conectados a todos os setores da instituição, atuando como mediadores entre sujeitos, sistemas e normativas. Ignorar essa dimensão implica reduzir a EPT a uma formação instrumental, dissociada da construção da cidadania e da formação integral.

Ao tratar dos registros escolares como lugares de memória, Sobreira, Santos e Rodrigues (2021) ampliam ainda mais essa discussão, ao evidenciar que os documentos produzidos cotidianamente, embora não concebidos inicialmente como fontes históricas, tornam-se registros da vida institucional e das práticas educativas. Favaro (2014) e Santana Filho e Castilho (2022) reforçam que essa função memorial não é neutra: ela educa, pois constrói narrativas sobre o passado, consolida identidades institucionais e orienta práticas presentes. Nesse sentido, a precarização da gestão documental e a ausência de políticas de preservação não representam apenas falhas administrativas, mas perdas formativas e simbólicas para a comunidade escolar.

Assim, o diálogo entre esses autores permite compreender o Registro Escolar como espaço atravessado por contradições: entre legalidade e humanização, entre burocracia e formação, entre controle e emancipação. Reconhecê-lo como espaço educativo implica assumir essas tensões e problematizá-las à luz dos princípios da EPT, que articulam trabalho, ciência, cultura e cidadania. Mais do que redefinir funções, trata-se de ressignificar práticas, valorizando os sujeitos que atuam nesse espaço e reconhecendo que a educação se constrói também nos interstícios da vida institucional, onde o ato de registrar, orientar e escutar se converte em prática pedagógica.

### 3. METODOLOGIA

Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, por compreender que este tipo de pesquisa possibilita acessar dimensões profundas da realidade social, aquelas que não podem ser traduzidas em números ou reduzidas à mera mensuração de variáveis. Como destacam Minayo *et al.* (2009), a pesquisa qualitativa trabalha com significados, valores, motivações, crenças, percepções e atitudes, aspectos que estruturam as práticas humanas e que só podem ser apreendidos mediante um olhar interpretativo, atento às relações, aos processos históricos e aos fenômenos sociais em sua complexidade. Nessa perspectiva, investigar o Registro Escolar como espaço educativo exige compreender não apenas procedimentos administrativos, mas também sentidos, intencionalidades e práticas simbólicas que permeiam a atuação desse setor dentro da instituição.

Assim, optou-se pela utilização da pesquisa documental, conforme delineada por Lakatos e Marconi (2017), que reconhecem essa modalidade como um caminho metodológico rigoroso para a análise de documentos primários, oficiais, administrativos, legislativos e institucionais. A escolha justifica-se pelo fato de que os registros formais são fontes privilegiadas para revelar concepções, normativas, práticas institucionalizadas e dinâmicas de gestão que estruturam o funcionamento cotidiano de um setor. A pesquisa documental, neste caso, permitiu acessar elementos que não estão necessariamente explicitados no discurso dos sujeitos, mas que se materializam nos documentos e nos fluxos institucionais.

A análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (1977), foi adotada como técnica analítica para o tratamento dos dados. Bardin compreende essa técnica como um conjunto sistemático de procedimentos capazes de produzir inferências replicáveis e válidas sobre textos e documentos, revelando sentidos, padrões e estruturas simbólicas neles contidos. Nesse estudo, a análise de conteúdo permitiu organizar, categorizar e interpretar o corpus documental, articulando-o com a literatura científica sobre registros escolares e educação profissional e tecnológica. Essa técnica mostrou-se adequada por possibilitar a construção de categorias que emergiram diretamente do material analisado, evitando interpretações arbitrárias e garantindo coerência metodológica.

O desenvolvimento desta pesquisa fundamentou-se na análise de um corpus empírico constituído, prioritariamente, por um e-mail institucional encaminhado pela

Coordenação de Registro Escolar do Ifac – Campus Rio Branco. Embora se trate de um documento singular em termos quantitativos, seu conteúdo apresenta elevada densidade informacional, uma vez que sistematiza aspectos centrais do funcionamento do setor, contemplando a descrição das rotinas administrativas, o diagnóstico das dificuldades enfrentadas, as fragilidades estruturais existentes, as demandas reprimidas e as proposições de aprimoramento decorrentes da prática cotidiana. Ao reunir elementos de caráter descritivo, analítico e propositivo, o documento oferece uma perspectiva interna privilegiada, permitindo compreender tanto a lógica burocrático-administrativa que orienta o Registro Escolar, quanto os potenciais formativos inscritos em suas práticas institucionais.

A produção desse e-mail insere-se em um movimento investigativo mais amplo, orientado pela necessidade de compreender o Registro Escolar como um espaço de construção de saberes, situado na interface entre o paradigma burocrático-administrativo e a perspectiva pedagógica da EPT. Nesse sentido, a solicitação de informações não se restringiu ao setor de Registro Escolar, mas estendeu-se a instâncias do Campus Rio Branco diretamente implicadas nos processos de ensino e aprendizagem, reconhecendo-se que, embora todos os setores mantenham alguma relação com essa dimensão, alguns exercem papel estratégico na mediação entre os fluxos administrativos e as práticas pedagógicas. Foram, assim, envolvidos a Direção Geral, a Direção de Ensino, o Departamento de Cursos Técnicos Integrados e a Coordenação Técnico-Pedagógica, considerados setores-chave por sua atuação direta na organização do ensino e na gestão acadêmica. A esses setores, foram dirigidas questões com o objetivo de identificar quais informações, orientações, avisos e comunicados deveriam compor uma cartilha institucional destinada aos estudantes do primeiro ano do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Edificações, de modo a esclarecer os principais fluxos e procedimentos realizados pelo Registro Escolar e a favorecer a compreensão do funcionamento institucional desde o ingresso do discente.

À Coordenação de Registro Escolar, por sua vez, foram encaminhadas questões específicas voltadas à identificação das normas e regulamentações que orientam o setor, às atividades desenvolvidas em todos os níveis de ensino, às condições existentes de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos, bem como à construção de uma concepção de Registro Escolar considerada ideal a partir da experiência do próprio setor. Também foi assegurado espaço para o

compartilhamento de outras informações julgadas pertinentes, ampliando a possibilidade de apreensão da complexidade que atravessa o trabalho desenvolvido.

A opção por um corpus centrado em um único documento institucional exige, entretanto, o reconhecimento de seus limites metodológicos, a singularidade da fonte restringe a possibilidade de generalização dos resultados, uma vez que o conteúdo analisado expressa, predominantemente, a perspectiva da Coordenação de Registro Escolar em um contexto institucional específico. Além disso, por tratar-se de um registro produzido em resposta a uma demanda institucional, o documento pode estar atravessado por intencionalidades discursivas, seleções de informações e estratégias de formalização próprias desse gênero textual, o que impõe cautela na interpretação dos dados. Tais limitações, contudo, não comprometem a validade da análise, desde que o material seja compreendido como um recorte situado, cuja leitura se dá em articulação com o contexto organizacional mais amplo no qual foi produzido.

Desse modo, a articulação entre as informações oriundas do Registro Escolar e as contribuições dos demais setores envolvidos possibilitou uma compreensão ampliada do papel do Registro Escolar no âmbito da instituição, evidenciando-o não apenas como um setor técnico-administrativo, mas como um espaço educativo permeado por práticas, saberes e relações institucionais. Essa compreensão sustentou tanto a análise desenvolvida ao longo da pesquisa quanto a elaboração do produto educacional, materializado na cartilha com orientações sobre os principais fluxos e procedimentos do Registro Escolar, concebida como um instrumento formativo voltado à qualificação da comunicação institucional e ao fortalecimento dos processos educativos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

A etapa de pré-análise consistiu em uma leitura exploratória e flutuante do material, com o objetivo de captar seus sentidos gerais, identificar recorrências discursivas e formular hipóteses preliminares. Nesse movimento inicial, destacou-se a centralidade da dimensão administrativa e a percepção, por parte do próprio setor, de que muitos de seus desafios impactam diretamente a experiência educacional dos estudantes. Em seguida, a fase de exploração envolveu a identificação de unidades de registro, expressões frequentes, termos técnicos, enunciados reveladores, e de unidades de contexto, permitindo agrupar conteúdos de natureza semelhante e construir categorias temáticas coerentes com o referencial teórico adotado. Essa organização possibilitou relacionar as falas institucionais com debates mais amplos

sobre gestão escolar, cultura institucional, práticas educativas e Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, o tratamento e a interpretação dos resultados possibilitaram produzir inferências analíticas acerca do papel educativo do Registro Escolar. A partir das categorias construídas, tornou-se possível compreender como esse setor, mesmo situado no campo técnico-administrativo, participa de processos formativos, mediações, acolhimentos e orientações que atravessam a vida acadêmica dos estudantes. A análise, ancorada na literatura especializada, evidenciou que as práticas registradas no documento não se limitam ao cumprimento de rotinas burocráticas, mas integram um conjunto de ações que dialogam diretamente com dimensões pedagógicas, humanas e institucionais, reafirmando a pertinência de investigar o Registro Escolar como espaço educativo.

Reconhece-se, contudo, que a constituição do corpus a partir de um único documento configura uma limitação metodológica, especialmente no que se refere à impossibilidade de estabelecer generalizações de caráter quantitativo. Entretanto, no âmbito das pesquisas qualitativas, a força analítica não reside na amplitude numérica das fontes, mas na profundidade interpretativa e na capacidade de apreender significados, relações e sentidos subjacentes aos discursos (Minayo *et al.*, 2009). Nessa perspectiva, o material selecionado revela-se adequado, pois sintetiza práticas, percepções e dinâmicas que não são isoladas, mas recorrentes nas instituições. Assim, ainda que restrito em extensão, o documento apresenta densidade informativa e representatividade suficiente para sustentar inferências relevantes, legitimando seu uso como fonte válida para investigação científica no campo da EPT.

Complementarmente aos procedimentos empíricos da investigação, realizou-se um estudo de revisão de pesquisas empíricas, compreendido como etapa fundamental para a consolidação do referencial teórico e para o aprofundamento do objeto de estudo. Conforme Luna (2011), esse tipo de levantamento permite situar o estado da arte sobre determinada temática, identificar de que maneira o problema vem sendo tratado pela comunidade científica e reunir evidências que subsidiam a análise crítica do fenômeno investigado. Assim, a revisão não se limitou à enumeração de produções existentes, mas constituiu-se como estratégia analítica voltada à identificação de tendências, convergências teóricas e lacunas na produção acadêmica.

Com esse propósito, a revisão possibilitou compreender como o Registro Escolar tem sido abordado no campo educacional, especialmente no que se refere à sua potencialidade enquanto espaço formativo. Ao dialogar com pesquisas desenvolvidas em diferentes contextos institucionais, o estudo permitiu ampliar a compreensão do fenômeno para além da realidade local, estabelecendo interlocução com a produção acadêmica nacional e fortalecendo a consistência conceitual da investigação. Desse modo, a revisão contribuiu para tensionar concepções tradicionais que restringem o Registro Escolar à dimensão burocrático-administrativa, evidenciando abordagens que o reconhecem como instância de mediação pedagógica, cultural e institucional.

Metodologicamente, a revisão de pesquisas empíricas assumiu caráter exploratório e analítico, conforme orientações de Luna (2011). A busca bibliográfica foi realizada de forma planejada e sistemática, seguindo etapas previamente definidas, que envolveram: (a) a identificação das bases de dados e repositórios institucionais pertinentes ao campo educacional; (b) a definição e combinação de descritores relacionados ao Registro Escolar, espaço educativo e ensino-aprendizagem; (c) a aplicação de filtros temporais, priorizando produções recentes, de modo a garantir a atualidade da discussão; e (d) a leitura analítica dos materiais localizados, com vistas à seleção de estudos que dialogassem diretamente com o problema de pesquisa.

Esse procedimento permitiu não apenas mapear a produção existente, mas também compreender os limites e as potencialidades das pesquisas já realizadas, evidenciando a ainda incipiente problematização do Registro Escolar como espaço educativo. Dessa forma, a revisão empírica assumiu papel estruturante na pesquisa, ao subsidiar a construção do referencial teórico, justificar a relevância do estudo e reforçar a necessidade de investigações que aprofundem o entendimento do Registro Escolar enquanto instância formativa integrada ao processo de ensino-aprendizagem.

Inicialmente, a principal base de dados consultada foi o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por se tratar do repositório oficial da produção *stricto sensu* no Brasil. A escolha dessa base justifica-se por sua abrangência nacional e pela confiabilidade dos trabalhos ali indexados. Paralelamente, foram realizadas buscas em plataformas de periódicos científicos, a saber: SciELO, Google Acadêmico, SPELL e Web of

Science, com o intuito de identificar artigos científicos que dialogassem com a temática investigada, ampliando o escopo da revisão.

Considerando o recorte territorial da pesquisa, também foram realizadas consultas sistemáticas aos repositórios institucionais do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/Ufac) e do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Acre (ProfEPT/Ifac). Essa etapa teve como finalidade identificar produções acadêmicas regionais que discutissem o Registro Escolar ou temáticas correlatas no contexto acreano. A ausência de trabalhos diretamente vinculados ao tema evidenciou uma lacuna significativa na produção científica local, reforçando a pertinência e o ineditismo da presente investigação.

No que se refere aos tipos de documentos analisados, foram considerados: teses, dissertações e artigos científicos, priorizando produções acadêmicas revisadas por pares e vinculadas a programas de pós-graduação reconhecidos. Trabalhos de natureza estritamente técnica, documentos institucionais sem análise teórica e produções fora do escopo educacional foram excluídos.

A definição dos descritores orientadores da revisão baseou-se na problematização central da pesquisa. Foram utilizados os termos “REGISTRO ESCOLAR”, “ESPAÇO EDUCATIVO” e “ENSINO-APRENDIZAGEM”, inseridos entre aspas para delimitar a busca por expressões exatas. Esses descritores foram combinados por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR”, possibilitando diferentes articulações conceituais e ampliando o alcance da busca. Tal estratégia permitiu localizar tanto estudos que tratassem diretamente do Registro Escolar quanto pesquisas que, mesmo sem mencioná-lo explicitamente, abordassem práticas educativas em setores administrativos, cultura escolar, gestão institucional e processos formativos não escolares.

Como critério temporal, foi estabelecido um recorte de dez anos, compreendendo o período entre 2015 e 2024, com o objetivo de garantir a atualização teórica da revisão e o diálogo com produções recentes. Os trabalhos localizados dentro desse intervalo foram submetidos a uma triagem inicial, a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Na sequência, aqueles considerados pertinentes ao objeto de estudo foram analisados integralmente, buscando identificar concepções, abordagens teóricas, metodologias e resultados que dialogassem com a compreensão do Registro Escolar como espaço educativo.



A análise dos materiais selecionados ocorreu de forma qualitativa e interpretativa (Minayo *et al.*, 2009), priorizando a identificação de convergências, lacunas e tensões teóricas presentes na literatura. Esse processo permitiu não apenas mapear o estado do conhecimento sobre a temática, mas também evidenciar a escassez de estudos que problematizem o Registro Escolar para além de sua função burocrática, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica e na realidade acreana. Dessa forma, o percurso metodológico da revisão bibliográfica possibilitou fundamentar teoricamente a pesquisa, justificar sua relevância acadêmica e social e sustentar a delimitação do problema investigado, ao evidenciar um campo ainda pouco explorado e carente de aprofundamento crítico.

O conjunto desse levantamento, portanto, não se limita à identificação de produções específicas sobre o Registro Escolar, mas permite evidenciar o lugar secundário que esse setor ainda ocupa na agenda de pesquisa da Educação Profissional e Tecnológica e da educação brasileira de modo mais amplo. Ao mesmo tempo em que se observa uma produção consistente voltada aos espaços ampliados de aprendizagem, à gestão escolar e às práticas educativas para além da sala de aula, constata-se a escassez de estudos que reconheçam o Registro Escolar como instância formativa, capaz de produzir aprendizagens, mediações institucionais e processos de socialização escolar. Tal lacuna teórica não apenas reforça o ineditismo da presente investigação, como também evidencia a necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre setores historicamente invisibilizados, mas estruturalmente centrais à dinâmica escolar.

Nesse sentido, a articulação entre pesquisa documental, revisão bibliográfica sistematizada e análise qualitativa conferiu robustez metodológica ao estudo, ao possibilitar uma leitura ampliada e crítica do Registro Escolar em suas múltiplas dimensões. Essa combinação metodológica permite compreendê-lo não apenas como setor técnico-administrativo responsável pela legalidade e organização da vida acadêmica, mas também como espaço de memória institucional, instância de mediação entre sujeitos, normas e trajetórias escolares e, sobretudo, como espaço educativo que integra, sustenta e qualifica o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a pesquisa contribui para deslocar o olhar tradicionalmente restritivo sobre o Registro Escolar, inserindo-o no campo das reflexões sobre formação humana, gestão democrática e educação integral no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 ESTUDO DE REVISÃO

Para a análise do objeto de estudo, tornou-se fundamental observar como a temática vem sendo tratada por pesquisadores da área, identificando abordagens, enfoques teóricos, limites e potencialidades das investigações já realizadas. Nesse sentido, a revisão de pesquisas empíricas mostrou-se estratégica, pois, conforme Luna (2011), esse tipo de estudo permite compreender como determinado problema tem sido investigado, quais caminhos metodológicos têm sido privilegiados e quais resultados vêm sendo produzidos, contribuindo para o refinamento do problema de pesquisa e para o posicionamento teórico do investigador.

A seleção das obras não ocorreu de forma aleatória, mas obedeceu a critérios previamente definidos, coerentes com os objetivos da pesquisa. Foram considerados: (a) a aderência direta à temática do Registro Escolar ou das secretarias acadêmicas; (b) a abordagem do setor para além da dimensão burocrática, problematizando suas relações com processos educativos, formativos ou de mediação institucional; (c) o caráter empírico dos estudos, uma vez que se buscou analisar pesquisas ancoradas em práticas concretas e contextos institucionais reais; e (d) a pertinência ao campo da Educação Profissional e Tecnológica ou à educação básica, permitindo diálogo com o lócus investigado. Além disso, priorizaram-se produções publicadas no recorte temporal estabelecido na pesquisa, de modo a garantir atualidade à discussão.

A partir dos critérios estabelecidos, foram selecionados cinco trabalhos que, embora apresentem objetos empíricos e recortes analíticos distintos, convergem ao discutir, direta ou indiretamente, o papel formativo do Registro Escolar e das secretarias acadêmicas no processo de ensino-aprendizagem. Esses estudos permitem apreender diferentes dimensões do fenômeno investigado, articulando aspectos pedagógicos, administrativos, arquivísticos, históricos e institucionais. Compõem o corpus da revisão as seguintes produções: (1) Aspectos pedagógicos presentes na atuação do secretário escolar; (2) A importância dos dados arquivísticos escolares como fonte de pesquisa: o arquivo do Colégio Cruzeiro; (3) Arquivo e Educação: relações do uso de documentos no Ensino Profissional e Tecnológico; (4) Desafios dos espaços educativos nos Institutos Federais em tempos de pandemia:

um olhar para as secretarias acadêmicas; e (5) As secretarias acadêmicas como espaços educativos na Educação Profissional e Tecnológica.

Esses trabalhos encontram-se sistematizados no Quadro 1 e são examinados nos parágrafos subsequentes a partir de uma abordagem comparativa, analítica e interpretativa, que busca não apenas descrever seus resultados, mas estabelecer interlocuções críticas entre os diferentes aportes teóricos, metodológicos e empíricos apresentados. Ao promover esse diálogo entre as produções selecionadas, a análise permite evidenciar como o Registro Escolar vem sendo progressivamente ressignificado na literatura educacional, deslocando-se de uma compreensão restrita ao âmbito burocrático-administrativo para uma concepção ampliada, que o reconhece como espaço de mediação pedagógica, formação cidadã e construção de sentidos no cotidiano escolar.

O número reduzido de trabalhos selecionados não configura uma limitação metodológica da pesquisa, mas constitui, em si, um dado analítico relevante. Tal circunstância evidencia a escassez de investigações que abordem o Registro Escolar de forma explícita e sistemática como espaço educativo, corroborando a lacuna teórica previamente identificada no campo da Educação e, de modo mais específico, da Educação Profissional e Tecnológica. A reduzida produção encontrada revela não apenas a marginalização desse setor na agenda de pesquisas educacionais, mas também a persistência de uma concepção que o restringe a funções meramente burocrático-administrativas.

Nesse sentido, a seleção dessas obras não se deu por critérios quantitativos, mas qualitativos e analíticos. Os estudos escolhidos foram considerados referências-chave por apresentarem aproximações conceituais e empíricas consistentes com o objeto desta investigação, seja ao problematizarem o caráter formativo de setores administrativos, seja ao discutirem o papel dos registros e arquivos escolares na mediação dos processos educativos. Tais produções possibilitam um diálogo crítico com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, contribuindo para a compreensão das formas pelas quais o tema tem sido tratado, ainda que de maneira incipiente, na literatura acadêmica.

Dessa forma, o corpus selecionado cumpre função estratégica no desenvolvimento da pesquisa, ao possibilitar a contextualização do presente estudo no interior de um campo investigativo ainda em processo de consolidação teórica e empírica. A análise dessas produções permite evidenciar continuidades,

aproximações conceituais e recorrências analíticas, bem como limites e lacunas que persistem no tratamento do Registro Escolar enquanto espaço educativo, ao dialogar criticamente com esses trabalhos, a pesquisa não apenas se apropria dos avanços já construídos, mas também se posiciona de maneira reflexiva diante de suas insuficiências, delineando contribuições próprias e justificando a necessidade de aprofundamento da temática no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

**QUADRO 1:** Pesquisa Empíricas

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>FORMATO DA PESQUISA PERIÓDICO/PPG</b>	<b>ANO</b>
Jorgete Dias dos Santos Caroline Delfinos dos Santos	Aspectos pedagógicos presentes na atuação do secretário escolar	Artigo Científico: Revista Contemporânea de Educação	2020
Fernanda Roma Sobreira Melina de Brito dos Santos Jeorgina Gentil Rodrigues	A importância dos dados arquivísticos escolares como fonte de pesquisa: O arquivo do Colégio Cruzeiro	Artigo Científico: Revista Acervo	2021
Décio de Santana Filho Fábio Francisco de Almeida Castilho	Arquivo e Educação: Relações do uso de documentos no Ensino Profissional e Tecnológico	Artigo Científico: Research, Society and Development	2022
Marta Helena Szadkoski	Desafios dos espaços educativos nos Institutos Federais em tempos de pandemia: um olhar para as secretarias acadêmicas	Dissertação: Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFPR)	2022
Marta Helena Szadkoski Marcia Valéria Paixão	As secretarias acadêmicas como espaços educativos na educação profissional e tecnológica	Artigo Científico: Revista Gestão e Secretariado (GeSec)	2023

**Fonte:** Autor da pesquisa.

No artigo “Aspectos pedagógicos presentes na atuação do secretário escolar”, de Jorgete Dias dos Santos e Caroline Delfinos dos Santos (2020), tem como objetivo central analisar o papel do secretário diante das demandas escolares, buscando identificar, em sua prática, elementos que o configuram como sujeito pedagógico, e não apenas como profissional técnico-burocrático. A pesquisa parte da hipótese de

que, embora a função do secretário esteja legalmente vinculada a atribuições administrativas, sua atuação cotidiana no espaço escolar revela dimensões educativas e socioformativas.

A metodologia adotada pelas autoras combina revisão bibliográfica e pesquisa documental, com abordagem qualitativa. A base teórica se apoia em autores como Monlevade, Paro e Sousa, que problematizam a função dos profissionais da educação para além das distinções rígidas entre o técnico e o pedagógico. Como parte da pesquisa documental, foram analisadas legislações relacionadas à profissão de secretário, desde a regulamentação em 1985 até sua inclusão, em 2007, no rol de profissionais da educação. Também foi examinado o Plano de Ação de uma secretaria escolar de rede pública municipal, que permitiu compreender de modo concreto como esse trabalho se organiza, seus objetivos e práticas. A análise mostra que a função do secretário escolar, historicamente vista como técnica e burocrática, ultrapassa esse limite, pois envolve contato constante com direção, coordenação, professores, pais, alunos e comunidade.

O estudo evidencia que a secretaria é o primeiro espaço de acolhimento da comunidade escolar e, portanto, desempenha papel essencial na mediação pedagógica, na escuta, no diálogo e no atendimento humanizado. Mesmo que seu trabalho seja marcado por tarefas administrativas, como escrituração, organização de documentos e cumprimento de prazos, o exercício dessas funções exige também sensibilidade, ética, comunicação clara e postura educativa.

Nesse sentido, as autoras destacam que o secretário escolar deve ser reconhecido como profissional da educação, com atribuições técnicas, mas também pedagógicas, bem como, a secretaria é um espaço educativo, no qual se estabelecem relações formativas e se inicia, muitas vezes, o processo de acolhimento escolar. Ressaltando ainda, que é necessário ampliar pesquisas e referenciais sobre o secretariado escolar, de modo a fortalecer sua formação inicial e continuada, incluindo dimensões pedagógicas, comunicacionais e humanas. Assim, o texto reforça que a prática do secretário escolar, que nessa pesquisa está associado a ideia do Registro Escolar, não deve ser reduzida à gestão documental, mas compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com relevância para a formação cidadã e para o fortalecimento da escola pública como espaço coletivo de educação.

Logo, no artigo “A importância dos dados arquivísticos escolares como fonte de pesquisa: o arquivo do Colégio Cruzeiro”, de Fernanda Roma Sobreira, Melina de Brito

dos Santos e Jeorgina Gentil Rodrigues (2021), tem como objetivo central discutir a relevância dos dados arquivísticos escolares para a preservação da memória institucional e para a produção de pesquisas no campo da história da educação. O estudo busca mostrar como os arquivos escolares, longe de se restringirem a registros burocráticos, constituem-se em espaços de memória, identidade e pertencimento, possibilitando compreender transformações educacionais e socioculturais ao longo do tempo.

A metodologia utilizada é de caráter qualitativo e interpretativo, organizada em três etapas: (1) análise histórica das escolas de imigração alemã no Brasil, com foco na trajetória do Colégio Cruzeiro, fundado em 1862 no Rio de Janeiro; (2) estudo das práticas de organização e manutenção de arquivos escolares, entendidos como fontes potenciais de informação para pesquisas; (3) exame do acervo do Centro de Memória do Colégio Cruzeiro, que reúne documentos, fotografias, objetos, jornais e depoimentos orais, abrangendo o período de 1892 a 2020. O trabalho se apoiou em análise documental, cruzando informações do arquivo escolar com dados externos, a fim de reforçar a importância do arquivo como patrimônio histórico-educacional.

Ao longo do texto, as autoras demonstram que o arquivo escolar é mais do que um depósito administrativo: ele se configura como “lugar de memória” (Nora, 1993), essencial para compreender práticas pedagógicas, trajetórias de estudantes e professores, políticas educacionais e relações culturais. Em síntese, o artigo conclui que os arquivos escolares devem ser reconhecidos como fontes primárias de pesquisa e espaços de memória educativa, sendo fundamentais tanto para a compreensão da história da educação quanto para o fortalecimento da identidade cultural das instituições escolares e de suas comunidades, o que corrobora para uma compreensão de que está num lugar de ensino à comunidade escolar e/ou acadêmica.

Em “Arquivo e Educação: Relações do uso de documentos no Ensino Profissional e Tecnológico”, artigo científico de Décio de Santana Filho e Fábio Francisco de Almeida Castilho (2022), tem como objetivo principal compreender as relações entre arquivos e educação, sobretudo no âmbito do ensino profissional e tecnológico, discutindo como documentos arquivísticos podem se tornar instrumentos pedagógicos e como os arquivos públicos podem ser reconhecidos como espaços não formais de aprendizagem. A pesquisa busca, evidenciar o papel social dos arquivos, articulando a arquivologia com práticas educativas de modo a promover novas formas de construção do conhecimento.

A metodologia utilizada fundamenta-se em levantamento bibliográfico e análise documental. O estudo recorreu a livros, artigos, dissertações, teses e documentos legais, com destaque para a Revista Acervo (do Arquivo Nacional) e para páginas eletrônicas de arquivos públicos, tanto federais quanto estaduais. Ao longo do texto, os autores discutem que os arquivos, historicamente vistos apenas como depósitos de documentos, assumem hoje uma função cultural e social mais ampla, contribuindo para a preservação da memória, a democratização da informação e a formação cidadã. Destaca-se o potencial pedagógico dos arquivos públicos, uma vez que documentos, como cartas, fotografias, mapas, leis, jornais e registros administrativos, podem ser mobilizados como materiais didáticos.

Nas conclusões, os autores apontam que a aproximação entre arquivologia e educação é fundamental para enriquecer processos pedagógicos e fortalecer a relação entre escola e sociedade, bem como a valorização dos arquivos como espaços educativos reforça sua importância cultural e social, além de impulsionar transformações na própria área da arquivologia e nas práticas educacionais contemporâneas. Sendo assim, o estudo demonstra que os arquivos não apenas guardam documentos, mas constituem-se em verdadeiros lugares de memória e de aprendizagem, fundamentais para o ensino, a pesquisa e a formação crítica de cidadãos, sendo estratégicos para o fortalecimento da educação profissional, tecnológica e humanista.

Na dissertação de Marta Helena Szadkoski, intitulada “Desafios dos espaços educativos nos Institutos Federais em tempos de pandemia: um olhar para as secretarias acadêmicas”, busca compreender as atividades formativas realizadas pela Secretaria Acadêmica do Instituto Federal do Paraná durante a pandemia de COVID-19, analisando como esse setor, tradicionalmente visto como administrativo, também se configura como espaço educativo. Com o objetivo geral de investigar como se deram as atividades formativas desenvolvidas pela Secretaria Acadêmica frente aos impactos da pandemia. Entre os objetivos específicos, destacam-se, a) situar a secretaria como espaço formativo; b) identificar as atividades educativas realizadas pelo setor; c) compreender como se estabeleceu a comunicação entre comunidade e secretaria acadêmica; mapear as ferramentas tecnológicas utilizadas no ensino remoto; e d) elaborar um produto educacional que auxiliasse a gestão e ressignificação desse espaço.

A metodologia adotada seguiu uma abordagem qualitativa e descritiva, complementada por dados quantitativos, caracterizando-se como uma pesquisa aplicada e exploratória. Foram utilizados instrumentos como questionários eletrônicos (Google Forms) e entrevistas com servidores de dez campi do IFPR, além de análise documental. Os questionários forneceram informações gerais sobre perfil e atividades, tratados em gráficos e quadros, enquanto as entrevistas possibilitaram uma análise interpretativa mais aprofundada. O estudo de caso foi o método central, pois permitiu compreender em detalhe o funcionamento da Secretaria Acadêmica no período pandêmico.

Nas conclusões, a dissertação aponta que os objetivos foram plenamente alcançados, foi possível situar a Secretaria Acadêmica como espaço educativo, identificar suas práticas formativas e mostrar a relevância do uso de tecnologias no atendimento remoto. O estudo também reforça que esse setor vai além da função burocrática, constituindo-se em espaço de acolhimento, mediação e diálogo, essencial para a vida acadêmica. Ao final, recomenda-se a ampliação de pesquisas sobre o tema, de modo a fortalecer a valorização e o reconhecimento da Secretaria Acadêmica como parte fundamental do processo educativo.

Já no artigo “As secretarias acadêmicas como espaços educativos na educação profissional e tecnológica”, de autoria de Marta Helena Szadkoski Marcia Valéria Paixão, teve como objetivo central situar a Secretaria Acadêmica não apenas como setor burocrático, mas como espaço educativo dentro das instituições de Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa buscou compreender como esse ambiente contribui para processos formativos, sobretudo a partir das interações estabelecidas entre servidores, estudantes e comunidade, revelando que ali circulam signos, significados e práticas educativas que vão além da gestão documental.

A metodologia adotada foi de caráter quali-quantitativo, envolvendo revisão bibliográfica e documental, além da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com servidores da Secretaria Acadêmica de diferentes campi do Instituto Federal do Paraná. Também se desenvolveu um produto educacional, um guia de orientações, voltado a apoiar a gestão das atividades formativas nesse espaço. A análise dos dados foi feita de forma interpretativa, buscando dar voz aos sujeitos pesquisados e compreender como vivenciaram os impactos das mudanças, especialmente durante a pandemia de Covid-19.



Nesse estudo, as autoras trazem como apontamentos conclusivos que é necessário reconhecer e difundir a relevância da Secretaria Acadêmica como parte do processo educativo institucional. Mais do que realizar registros e trâmites, ela se configura como espaço de interação, construção de sentidos, transmissão da cultura institucional e formação de sujeitos. Nesse sentido, compreender suas práticas como educativas amplia a visão sobre a escola como espaço plural, no qual todos os setores participam da formação humana e profissional.

O conjunto dos cinco trabalhos analisados apresenta uma discussão consistente sobre a relação entre o Registro Escolar, as secretarias acadêmicas e os arquivos educacionais com o processo de ensino-aprendizagem. Em linhas gerais, os estudos apontam para a necessidade de trazer uma outra compreensão a esses espaços e funções, que historicamente foram tratados como burocráticos e meramente administrativos, destacando-os como instâncias formativas, pedagógicas, sociais e culturais. O artigo de Santos e Santos (2020), por exemplo, mostra que o secretário escolar não deve ser visto apenas como executor de rotinas técnicas, mas como sujeito pedagógico que, em sua prática cotidiana, participa ativamente do processo educativo por meio do acolhimento, da escuta e da mediação. Nesse sentido, a secretaria escolar se configura como espaço educativo, onde se constroem relações formativas que contribuem para a vida escolar e cidadã dos estudantes. Complementando essa perspectiva, o artigo de Sobreira, Santos e Rodrigues (2021) ressalta a importância dos arquivos escolares não apenas como depósitos de documentos, mas como lugares de memória e identidade, fundamentais para compreender a história da educação e a trajetória de instituições, professores e alunos. A pesquisa realizada no Colégio Cruzeiro evidencia que o arquivo constitui patrimônio cultural e pedagógico, contribuindo para a preservação da memória institucional e para a produção de pesquisas no campo educacional.

Na mesma direção, Santana Filho e Castilho (2022) defendem que os arquivos públicos, ao reunir documentos variados como cartas, fotografias e registros administrativos, podem ser utilizados como instrumentos didáticos e espaços não formais de aprendizagem, ampliando o alcance pedagógico da arquivologia e aproximando escola e sociedade. Essa visão evidencia o potencial educativo dos arquivos como mediadores da memória social e da formação cidadã. Já a dissertação de Szadkoski (2022) sobre as secretarias acadêmicas nos Institutos Federais durante a pandemia mostra como esse setor, mesmo em um contexto adverso, desempenhou

funções educativas, de acolhimento e de mediação, além de adotar ferramentas tecnológicas para manter a comunicação e o apoio aos estudantes. A pesquisa reforça que a secretaria acadêmica não se limita a funções burocráticas, mas se constitui como espaço educativo essencial para o funcionamento da vida acadêmica. Por fim, o artigo de Szadkoski e Paixão amplia essa reflexão ao reafirmar a secretaria acadêmica como lugar de interação, construção de sentidos e transmissão da cultura institucional, defendendo seu reconhecimento como parte do processo formativo das instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

De modo geral, os trabalhos convergem ao mostrar que tanto secretários, quanto secretarias e arquivos escolares, ambientes aqui nessa pesquisa caracterizados como Registro Escolar, ultrapassam os limites do técnico e do administrativo, configurando-se como espaços de formação, memória e cidadania. As pesquisas reforçam a necessidade de valorização desses setores e de seus profissionais, seja por meio de políticas de reconhecimento, seja pela ampliação da formação inicial e continuada, incluindo dimensões pedagógicas, comunicacionais e humanas. Nesse conjunto, o Registro Escolar deixa de ser visto como simples gestão documental e passa a ser compreendido como parte integrante do processo educativo, contribuindo para a formação integral dos sujeitos e para o fortalecimento da escola pública como espaço coletivo de educação e de preservação da memória social. Um ponto a ser levado em consideração são as poucas pesquisas realizadas nessa área, o que dificulta a compreensão de como esse objeto de estudo está sendo tratado, mas ao mesmo tempo abre caminho para sua exploração acerca de suas realidades.

Nesse sentido, a análise dos trabalhos selecionados evidencia um consenso entre os autores no sentido de que o Registro Escolar, entendido aqui como conjunto de práticas desenvolvidas em secretarias escolares, secretarias acadêmicas e arquivos educacionais, extrapola sua dimensão técnica e administrativa, configurando-se como espaço educativo fundamental no interior das instituições. Essa compreensão se inicia com Santos e Santos (2020), que argumentam que o secretário escolar atua como sujeito pedagógico ao realizar acolhimento, mediação de conflitos, diálogo com estudantes e orientação à comunidade. Embora a legislação historicamente associe o cargo a funções burocráticas, as autoras demonstram que o cotidiano desse profissional envolve processos formativos que impactam diretamente o percurso escolar dos estudantes e a qualidade das relações institucionais.

Esse entendimento se articula às reflexões de Sobreira, Santos e Rodrigues (2021), que ampliam a noção de Registro Escolar ao analisarem os arquivos escolares como espaços de memória e de produção de conhecimento. Para as autoras, os documentos arquivísticos não constituem apenas registros burocráticos, mas fontes que revelam práticas pedagógicas, trajetórias escolares e dimensões socioculturais que compõem a identidade das instituições. Assim, o arquivo educacional se converte em instrumento formativo tanto para pesquisadores e professores quanto para estudantes, contribuindo para a construção da memória institucional e para a compreensão histórica da educação.

Nessa mesma direção, Santana Filho e Castilho (2022) abordam os arquivos públicos e educacionais como dispositivos pedagógicos, destacando que seu uso promove aprendizagens críticas relacionadas à cidadania, à história e à leitura de documentos. Os autores demonstram que o manuseio de materiais como fotografias, cartas e registros administrativos aproxima a arquivologia de práticas educativas que fortalecem a formação integral. Assim, os arquivos não se limitam a guardar documentos, mas produzem conhecimento e favorecem o desenvolvimento de competências analíticas essenciais ao ensino.

A perspectiva se intensifica com Szadkoski (2022), cuja pesquisa acerca das secretarias acadêmicas dos Institutos Federais durante a pandemia de Covid-19 revela a centralidade desse setor nos processos de mediação pedagógica, comunicação e acolhimento estudantil. Ao evidenciar como servidores reorganizaram fluxos, utilizaram tecnologias e mantiveram vínculos formativos mesmo no ensino remoto, a autora demonstra que o Registro Escolar assume papel ainda mais crucial em contextos de crise, garantindo continuidade, acesso e orientação à comunidade acadêmica. Sua pesquisa reforça que a secretaria acadêmica não é mero suporte operacional, mas espaço estruturante da experiência educativa.

Essa compreensão é aprofundada por Szadkoski e Paixão (2023), ao defenderem que a secretaria acadêmica produz cultura institucional, sentido de pertencimento e orientações formativas que influenciam o percurso dos estudantes. Para as autoras, esse setor atua como mediador de regras, valores e práticas que constituem o fazer educativo, sendo, portanto, parte integrante do processo de formação humana e profissional. A partir dessa concepção ampliada, elas sustentam que reconhecer o caráter educativo da secretaria acadêmica é essencial para a reconfiguração das políticas de formação e valorização desses profissionais.

A partir da interlocução entre os cinco estudos analisados, é possível compreender que o Registro Escolar, compreendido em suas múltiplas expressões, é um espaço educativo estratégico, ainda que frequentemente invisibilizado pelas estruturas tradicionais da escola. Os autores convergem ao demonstrar que nele se produzem aprendizagens, memórias, vínculos, orientações, sentidos de pertencimento e mediações que sustentam o processo pedagógico como um todo. Assim, o Registro Escolar deixa de ser interpretado como mera engrenagem administrativa e passa a ser reconhecido como instância formativa, atravessada por dimensões éticas, comunicacionais, sociais e culturais.

Ao mesmo tempo, os trabalhos indicam que ainda há um número reduzido de pesquisas dedicadas ao tema, o que evidencia lacuna teórica e abre terreno para investigações mais profundas sobre o papel pedagógico desses setores. O conjunto das análises reforça que ampliar a compreensão do Registro Escolar como dispositivo de ensino-aprendizagem é fundamental para fortalecer a escola pública, garantindo reconhecimento institucional, formação adequada e valorização dos profissionais que atuam nesses espaços. Em síntese, compreender o Registro Escolar como espaço educativo é compreender a própria escola como ambiente plural, onde todos os setores, direta ou indiretamente, participam da formação dos sujeitos.

#### **4.1.1 Programas de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)**

A análise realizada nos repositórios do ProfEPT e nas bibliotecas digitais de diferentes Institutos Federais, tomando como referência a produção acadêmica da última década, revelou um panorama particularmente significativo para compreender como, e em que medida, a temática do Registro Escolar enquanto espaço educativo tem sido abordado no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O levantamento sistemático de dissertações, produtos educacionais e estudos vinculados aos diversos campus da Rede Federal evidencia que, embora exista um corpo expressivo de pesquisas dedicadas à organização dos espaços pedagógicos, à gestão escolar, à memória institucional e às múltiplas dimensões formativas presentes na EPT, o Registro Escolar permanece praticamente ausente como objeto de investigação central. Na maior parte dos trabalhos, ele aparece apenas de modo tangencial, diluído em discussões mais amplas sobre práticas administrativas, fluxos

documentais ou processos institucionais, sem que suas potencialidades educativas sejam problematizadas de modo aprofundado.

Esse cenário explicita uma lacuna relevante, apesar de ser um setor estrutural na dinâmica acadêmica, responsável pela materialização formal da trajetória escolar e pela mediação cotidiana entre estudantes e instituição, o Registro Escolar ainda não figura como espaço investigado em sua densidade pedagógica. Os repositórios consultados, especialmente os do IFAC, IFAM, IFMA, IFTO, IFES, IFC e IF Goiano, apresentam trabalhos que dialogam de modo indireto com o tema ao explorarem dispositivos de gestão, procedimentos de documentação, processos de comunicação institucional e mecanismos de preservação da memória escolar. Tais produções permitem aproximações conceituais consistentes, sobretudo quando compreendem a escola como uma organização cultural complexa, composta por múltiplos ambientes em que se produzem aprendizagens, identidades e pertencimentos. Contudo, o que se observa é a ausência quase absoluta de estudos que problematizem o Registro Escolar como lócus formativo, como instância de interação humana e pedagógica ou como espaço que acolhe, orienta e produz sentidos no cotidiano escolar.

Dessa perspectiva, a sistematização das produções encontradas evidencia dois movimentos simultâneos, por um lado, há um acúmulo conceitual importante acerca da ampliação dos espaços pedagógicos, do papel educativo da gestão escolar e da função da memória institucional na formação dos sujeitos; por outro, persiste um vazio teórico-metodológico no que se refere a investigações que abordem o Registro Escolar para além de sua dimensão técnico-operacional. A predominância de trabalhos que se limitam a descrever fluxos burocráticos, explorar ferramentas informatizadas ou mapear rotinas administrativas destaca o quanto esse setor continua sendo compreendido majoritariamente sob o paradigma da eficiência, da normatização e da organização documental, ficando ofuscada sua potência enquanto espaço de acolhimento, mediação, aprendizagem institucional e construção de saberes.

Dessa forma, evidencia-se que reconhecer o Registro Escolar como um espaço educativo não é apenas um exercício interpretativo, mas uma necessidade concreta diante do lugar estratégico que este setor ocupa no cotidiano institucional. A revisão realizada demonstra que, embora esteja profundamente entrelaçado à vida acadêmica dos estudantes, mediando processos, orientando trajetórias e sustentando a legalidade dos percursos formativos, o Registro Escolar permanece invisibilizado

como objeto de investigação, reduzido historicamente a um aparato técnico-burocrático. Essa invisibilidade contrasta com sua centralidade prática, revelando um descompasso entre o que se produz academicamente e o que efetivamente estrutura a dinâmica escolar. Assim, o panorama encontrado não apenas legitima a realização desta pesquisa, como também indica que ela se insere em um campo investigativo ainda em consolidação dentro da EPT, abrindo possibilidades para novas leituras sobre a escola.

#### 4.2 O LÓCUS DA PESQUISA: O REGISTRO ESCOLAR ENQUANTO PROCESSO EDUCATIVO NO IFAC – CAMPUS RIO BRANCO

De fato e de direito, a educação profissional e tecnológica surgiu oficialmente no Brasil no ano de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, instituído por D. João VI. Também, nesse período, surgiram outras instituições voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação dos ofícios destinados para crianças pobres, órfãos e abandonados (Ramos, 2014). Nesse sentido, intencionava-se uma educação sob a égide assistencialista para prover os indivíduos desvalidos de sorte e que dessa forma não praticassem ações contra a ordem e os bons costumes.

A educação profissional de cunho assistencialista foi modificada no início do século XX, com a formação de operários para o exercício profissional. Institui-se as escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola dando um grande passo na direção da educação profissional no país. Contudo, o objetivo não era a demanda educacional, mas atender às necessidades emergentes do campo e da indústria (Ramos, 2014).

No segundo mandato do governo Lula, em 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - EPT, com a incumbência de ofertar cursos profissionais e tecnológicos (Brasil, 2008b), sendo estes são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, exercendo autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante

autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Dessa forma, por medidas legislativas, fora determinado a criação de 35 Institutos Federais em todo o país, exercendo o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Assim, representando uma reestruturação e consolidação da educação profissional e tecnológica.

Mesmo sendo decretada sua criação, foi somente em 2010, através da Portaria Ministerial nº 1.170/2010, iniciaram-se as atividades do Ifac, inicialmente nos campi Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira (Brasil, 2011). Atualmente, o Ifac possui seis campi, sendo dois em Rio Branco, um em Cruzeiro do Sul, um em Tarauacá, um em Sena Madureira e um em Xapuri, distribuindo-se com pelo menos um campus em cada regional do Estado.

O lócus desta pesquisa corresponde ao Instituto Federal do Acre (Ifac), Campus Rio Branco, unidade localizada na Avenida Brasil, nº 920, Conjunto Xavier Maia, bairro Xavier Maia, no município de Rio Branco-AC. O campus atua prioritariamente nos eixos tecnológicos de Gestão e Negócios e Informação e Comunicação, ofertando cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos subsequentes, cursos de graduação (tecnológicos e bacharelados), licenciaturas, bem como programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu. Trata-se, portanto, de uma unidade com expressiva diversidade formativa, o que confere centralidade ao funcionamento do Registro Escolar enquanto setor responsável pela organização, acompanhamento e certificação das trajetórias acadêmicas.

No âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, destaca-se o Curso Técnico Integrado em Edificações, criado por meio da Portaria nº 76, de 7 de fevereiro de 2017. Ainda no mesmo ano, o curso passou por reformulação de seu Projeto Pedagógico, aprovada pela Resolução Consu/Ifac nº 39, de 20 de outubro de 2017. A escolha desse curso como recorte empírico da pesquisa justifica-se por sua relevância no campo da Educação Profissional e Tecnológica, ao articular ciência, tecnologia e formação humana, princípios que constituem o eixo identitário dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os dados empíricos desta pesquisa foram obtidos junto a diferentes setores do Ifac – Campus Rio Branco, com ênfase na Coordenação de Registro Escolar, na Diretoria-Geral do Campus, no Departamento de Cursos Técnicos Integrados e na Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. A coleta de dados ocorreu de forma

institucional e oficial, por meio de comunicações formais realizadas via e-mail, a partir de uma solicitação encaminhada pelo pesquisador à Coordenação de Registro Escolar.

O material empírico analisado corresponde especificamente ao e-mail de resposta emitido pela Coordenação de Registro Escolar à solicitação inicial, documento que se constitui como fonte primária da pesquisa. Esse registro foi tomado como objeto de análise por expressar, de maneira formal e institucionalizada, as concepções, práticas, normativas e fluxos de trabalho atribuídos ao setor, permitindo examinar como o Registro Escolar é compreendido no interior da instituição.

A análise desse documento possibilitou identificar em que medida as práticas relatadas e os discursos institucionais explicitados reconhecem, ou restringem, o Registro Escolar à dimensão burocrático-administrativa, bem como apontar indícios de sua potencialidade enquanto espaço de construção de saberes e de mediação no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o e-mail institucional não foi tratado apenas como instrumento informativo, mas como artefato discursivo, cuja interpretação contribuiu para a compreensão das dinâmicas formativas e administrativas que atravessam o funcionamento do Registro Escolar no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Para a sistematização e interpretação dos dados, as informações coletadas foram organizadas em categorias analíticas, apresentadas no Quadro 2, a saber: (a) normas e regulamentações; (b) atividades desenvolvidas; (c) concepção de registro escolar ideal; (d) situação atual do setor; e (e) recomendações. Essa categorização possibilitou uma leitura estruturada do material empírico, favorecendo a identificação de convergências, lacunas e contradições entre a normatização existente, as práticas cotidianas e as concepções atribuídas ao Registro Escolar.

No que se refere especificamente às normas e regulamentações que regem o Registro Escolar no Ifac – Campus Rio Branco, a análise das respostas fornecidas pela Coordenação de Registro Escolar evidencia a inexistência, até o momento, de normativas internas específicas voltadas a esse setor. Observa-se, ainda, que a Organização Didática dos cursos de graduação, ensino médio e técnico encontra-se defasada, e que a instrução normativa responsável pela regulamentação da emissão de diplomas já não responde adequadamente às demandas atuais da instituição, sobretudo diante da implementação e da necessidade de consolidação dos diplomas digitais. Tal cenário revela fragilidades normativas que impactam diretamente o



funcionamento do Registro Escolar e reforçam a urgência de atualização dos marcos regulatórios, em consonância com as transformações tecnológicas e com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

No Registro Escolar desta unidade de ensino concentram-se atividades fundamentais para a gestão da vida acadêmica dos estudantes e para a própria organização institucional. Trata-se de um setor responsável por acompanhar o percurso formativo discente desde o ingresso até a conclusão do curso, assumindo funções que vão muito além de procedimentos burocráticos. Entre suas atribuições centrais estão os processos de matrícula, rematrícula, trancamento, cancelamento, transferência e aproveitamento de estudos, bem como a emissão de documentos acadêmicos essenciais, tais como históricos escolares, certificados, declarações, atestados e guias de transferência. Soma-se a isso o registro, a emissão, a autenticação e o arquivamento de diplomas e certificados, atividades que conferem validade legal à formação ofertada pela instituição.

O setor também desempenha papel estratégico no monitoramento do desempenho acadêmico institucional, ao produzir relatórios quantitativos relacionados à evasão, retenção e reprovação, além de acompanhar indicadores acadêmicos e colaborar com auditorias internas e externas. Cabe ainda ao Registro Escolar organizar listas de concluintes, preparar os atos formais de colação de grau, expedir diplomas e emitir a documentação final de conclusão de curso. Paralelamente, o setor realiza a gestão contínua dos dados acadêmicos, como notas, frequência, estágios e componentes curriculares, analisa documentação relativa a requisitos de conclusão, equivalências e pré-requisitos, administra sistemas acadêmicos e promove a integração de dados institucionais.

Além dessas atribuições técnicas, o Registro Escolar atua como espaço privilegiado de atendimento à comunidade acadêmica e ao público externo, articulando-se de forma permanente com setores pedagógicos e administrativos. Destaca-se, nesse âmbito, a implementação do uso do nome social quando solicitado pelo(a) estudante, reafirmando o compromisso institucional com o respeito à identidade de gênero e com políticas de inclusão. O setor também participa ativamente da elaboração e do acompanhamento dos calendários acadêmicos, em conjunto com os setores pedagógicos e a reitoria, contribuindo para a organização dos períodos de matrícula, rematrícula, trancamento e início e término dos períodos letivos.

De acordo com a Coordenação de Registro Escolar, um modelo ideal de funcionamento desse setor pressupõe a existência de uma base normativa sólida e atualizada, capaz de regulamentar de forma clara e segura todas as suas atribuições. Tal base deve estar ancorada em regimento próprio, instruções normativas internas e resoluções institucionais alinhadas à legislação educacional nacional, de modo a garantir segurança jurídica, uniformidade de procedimentos entre os campi e respaldo institucional às práticas cotidianas.

A gestão digital segura configura-se como eixo central desse modelo ideal, abrangendo a adoção de sistemas acadêmicos unificados e integrados a bases nacionais, como SISTEC, Censo Escolar, Educacenso e Censup, bem como a implantação efetiva do Diploma Digital em todas as modalidades. Essa dimensão envolve ainda a organização de arquivos eletrônicos em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e com as normas arquivísticas, assegurando a proteção, a integridade e a rastreabilidade das informações acadêmicas.

A padronização documental constitui outro pilar essencial, implicando a definição de modelos institucionais uniformes para históricos escolares, diplomas, certificados, declarações, guias de transferência e documentos de colação de grau. Esses modelos devem contemplar campos obrigatórios exigidos pelo Ministério da Educação, incluindo dados como nome completo, nome social, CPF, curso, carga horária, modalidade, ato autorizativo, data de colação e assinatura digital, garantindo legalidade, clareza e confiabilidade documental.

No que se refere à transparência e ao atendimento ao estudante, o registro ideal pressupõe a disponibilização clara dos fluxos de processos acadêmicos em manuais e nos canais institucionais, bem como a oferta de atendimento humanizado, com canais presenciais e digitais bem definidos, prazos estabelecidos e protocolos que permitam o acompanhamento das solicitações. A comunicação acessível é elemento-chave para assegurar que estudantes e servidores compreendam os procedimentos e direitos envolvidos.

Integram ainda esse modelo os procedimentos normatizados de apostilamento e revalidação de títulos, abrangendo a adição de habilitações, a revalidação de diplomas estrangeiros e a equivalência de estudos, sempre em consonância com a legislação vigente. Soma-se a isso a necessidade de uma gestão arquivística eficiente, baseada na implementação de planos de classificação e tabelas de temporalidade documental, na digitalização e certificação de documentos antigos e na

constituição de um acervo digital acadêmico que favoreça a preservação da memória institucional e o acesso seguro às informações.

Nesse sentido, o registro escolar ideal demanda investimento contínuo na capacitação da equipe, por meio de formações sobre legislação educacional, normas do MEC, sistemas acadêmicos, gestão documental, LGPD e tecnologias digitais, além de oficinas voltadas ao atendimento. Essa capacitação deve caminhar articulada à integração institucional com setores pedagógicos, coordenações de curso, biblioteca, tecnologia da informação e direção de ensino, bem como à participação do setor no planejamento acadêmico e em comissões institucionais. A inovação e a modernização, expressas na automação de processos rotineiros e na ampliação de serviços digitais, completam esse conjunto de requisitos, reafirmando o Registro Escolar como espaço estratégico para a qualidade, a legalidade e a equidade no funcionamento da instituição.

Na situação atual do Registro Escolar do Ifac – Campus Rio Branco, observa-se a inexistência de uma normatização institucional consolidada e uniforme que regulamente, de forma específica, as atividades e atribuições desse setor. Embora existam diretrizes gerais no âmbito do Instituto Federal do Acre, os campi dispõem de relativa autonomia para adaptar procedimentos, o que resulta na adoção de práticas distintas e, por vezes, divergentes. Tal configuração institucional fragiliza a padronização dos processos, amplia margens de interpretação e impacta diretamente a eficiência administrativa e a segurança jurídica das ações desenvolvidas pelo Registro Escolar.

No que se refere à regulamentação institucional, evidencia-se a ausência de um marco normativo abrangente e específico para o Registro Escolar no IFAC. Cada campus tende a operar a partir de adaptações locais de normas gerais ou de entendimentos construídos internamente, o que dificulta o alinhamento entre setores e compromete a uniformidade dos procedimentos acadêmicos. Essa falta de padronização institucional não apenas gera assimetrias operacionais, mas também dificulta a consolidação do Registro Escolar como instância estratégica no planejamento e na gestão acadêmica.

Além disso, as normativas existentes mostram-se, em grande medida, defasadas em relação às demandas contemporâneas da educação profissional e tecnológica. Muitas instruções normativas foram elaboradas em contextos anteriores e não contemplam adequadamente questões centrais da atualidade, como a

implantação do diploma digital, o uso de protocolos eletrônicos, a observância à LGPD, os procedimentos de apostilamento de diplomas, a revalidação de títulos e a integração com sistemas nacionais de informação educacional. Essa defasagem normativa produz lacunas institucionais que geram insegurança nos fluxos de trabalho, sobretudo diante de situações novas para as quais não há respaldo normativo claro.

No plano tecnológico, constata-se uma expressiva defasagem estrutural, marcada pela dependência de práticas manuais, fragmentadas e pouco integradas. O setor carece de tecnologias mínimas que assegurem maior eficiência e confiabilidade aos processos, como sistemas acadêmicos integrados, automação de rotinas administrativas e ferramentas para assinatura e protocolo digital. A permanência de registros em planilhas isoladas ou em documentos físicos amplia os riscos de erro, inconsistência de dados e extravio de informações, além de comprometer a preservação documental, a rastreabilidade dos processos e a celeridade no atendimento à comunidade acadêmica. A insuficiente integração com sistemas como SUAP, SISTEC e bases censitárias nacionais reforça esse cenário, distancia a instituição de práticas já consolidadas em outros Institutos Federais, que avançaram na implantação de serviços digitais e de autoatendimento acadêmico.

Outro aspecto relevante diz respeito ao caráter predominantemente reativo da atuação do Registro Escolar, em virtude da ausência de instrumentos normativos claros e atualizados, o setor tende a responder a demandas pontuais e emergenciais, em vez de operar a partir de uma lógica de planejamento, regulação preventiva e antecipação de problemas. Muitas decisões são tomadas de forma casuística, o que gera insegurança institucional, sobrecarga operacional e dependência excessiva da experiência individual dos servidores, em detrimento de procedimentos institucionalizados.

Dessa forma, o conjunto dessas fragilidades, normativas, tecnológicas e organizacionais, evidencia que o Registro Escolar do Ifac – Campus Rio Branco opera em um contexto de limitações estruturais que comprometem tanto a eficiência administrativa quanto o reconhecimento de sua dimensão educativa. A sistematização dessas categorias, apresentada no Quadro 2, permite visualizar de maneira organizada os principais entraves enfrentados pelo setor, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de políticas institucionais que promovam a normatização, a

modernização e a valorização do Registro Escolar como espaço estratégico na mediação do processo de ensino-aprendizagem.

**QUADRO 2:** Categorias analíticas a partir da análise de conteúdo de acordo com Bardin (1977)

<b>CATEGORIA</b>	<b>PRINCIPAIS ELEMENTOS IDENTIFICADOS</b>	<b>FREQUÊNCIA (ÊNFASE NAS RESPOSTAS)</b>
Normas e regulamentações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de regulamentações específicas;</li> <li>• Normas defasadas;</li> <li>• Prática fragmentada entre campi</li> </ul>	Recorrente em todos os setores (principalmente Coordenação de Registro Escolar)
Atividades desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Matrícula, rematrícula, trancamentos;</li> <li>• Emissão de documentos (históricos, diplomas, certificados);</li> <li>• Gestão de dados acadêmicos;</li> <li>• Atendimento à comunidade;</li> <li>• Nome social</li> </ul>	Unânime entre setores; maior detalhamento pela Coordenação
Registro Escolar ideal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Base normativa sólida;</li> <li>• Organização por níveis;</li> <li>• Gestão digital;</li> <li>• Padronização documental;</li> <li>• Atendimento humanizado;</li> <li>• Apostilamento e revalidação;</li> <li>• Gestão arquivística;</li> <li>• Capacitação;</li> <li>• Integração institucional;</li> <li>• Inovação tecnológica</li> </ul>	Consolidado pela Coordenação; Alinhado aos demais setores
Situação atual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de regulamentação abrangente;</li> <li>• Normatização defasada;</li> <li>• Defasagem tecnológica; Atuação reativa</li> </ul>	Evidenciado em todas as falas, especialmente na Coordenação
Recomendações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização normativa;</li> <li>• Modernização tecnológica;</li> <li>• Padronização de fluxos;</li> <li>• Capacitação da equipe;</li> <li>• Integração institucional;</li> <li>• Boas práticas nacionais</li> </ul>	Consenso entre setores; recorrente em todas as respostas

**Fonte:** Autor da pesquisa.

A análise dos dados permite concluir que o Registro Escolar do Ifac – Campus Rio Branco ocupa posição estratégica na instituição, mas opera em um contexto marcado por fragilidades estruturais persistentes, embora haja consenso entre os setores quanto à amplitude de suas atribuições, à complexidade de suas atividades e ao modelo ideal a ser alcançado, a ausência de normatização específica, a defasagem

regulatória e as limitações tecnológicas comprometem a consolidação desse setor como instância plenamente integrada e eficiente.

Os dados evidenciam um descompasso entre a clareza conceitual sobre o que se espera de um Registro Escolar moderno, normatizado, digital, padronizado e articulado institucionalmente, e as condições concretas de funcionamento, ainda pautadas por práticas reativas e fragmentadas. Esse cenário fragiliza a segurança jurídica, limita o planejamento e dificulta a gestão estratégica das informações acadêmicas.

Ao mesmo tempo, a convergência das recomendações apresentadas indica maturidade institucional no diagnóstico do problema e reconhecimento coletivo da necessidade de mudança. Assim, o quadro analítico aponta que a superação das fragilidades identificadas depende menos de ajustes pontuais e mais da implementação de uma política institucional integrada, capaz de articular revisão normativa, modernização tecnológica, padronização de fluxos, formação continuada da equipe e alinhamento às boas práticas da Rede Federal. Essa articulação constitui condição essencial para a consolidação do Registro Escolar como espaço estratégico, eficiente e formativo no interior da instituição.

Nesse sentido, a análise das atribuições desempenhadas pelo Registro Escolar evidencia que esse setor ocupa uma posição estratégica no interior da instituição, extrapolando a lógica estritamente administrativa que historicamente lhe é atribuída. Ao centralizar atividades relacionadas ao ingresso, à permanência e à conclusão dos estudos, como matrícula, certificação, emissão de documentos oficiais e acompanhamento da vida acadêmica, o Registro Escolar atua como instância mediadora entre as normativas institucionais, os processos pedagógicos e a trajetória formativa dos estudantes. Tal centralidade revela que suas práticas incidem diretamente sobre o direito à educação, a regularidade da vida acadêmica e a legitimidade dos percursos escolares, configurando-o, portanto, como um espaço educativo em sentido ampliado.

Entretanto, ao confrontar as atividades efetivamente desenvolvidas com a concepção de “Registro Escolar ideal” apresentada pela própria Coordenação, evidencia-se uma tensão estrutural entre o modelo reconhecido como necessário e aquele que se encontra institucionalmente consolidado. O ideal delineado pressupõe uma base normativa robusta, integração sistêmica, padronização documental, gestão digital segura e formação continuada da equipe. Esses elementos, quando

articulados, conferem previsibilidade, segurança jurídica e coerência pedagógica às ações do setor. A fragilidade ou ausência dessas condições, por sua vez, tende a produzir práticas fragmentadas, dependentes de soluções pontuais e fortemente ancoradas no conhecimento tácito dos servidores, o que dificulta a institucionalização dos processos e a consolidação de uma política acadêmica integrada.

A inexistência de normatização específica e atualizada para o Registro Escolar no Ifac – Campus Rio Branco compromete não apenas a eficiência administrativa, mas também sua dimensão formativa, a ausência de diretrizes claras favorece a heterogeneidade de procedimentos entre campi, amplia a margem para interpretações individuais e pode gerar insegurança aos estudantes no que se refere à garantia de direitos, como o uso do nome social, o acesso tempestivo à documentação acadêmica e a validação adequada das trajetórias formativas. Nesse sentido, a fragilidade normativa configura-se como um obstáculo estrutural à consolidação do Registro Escolar como espaço educativo reconhecido institucionalmente.

Do ponto de vista tecnológico, a análise evidencia uma defasagem significativa frente às demandas contemporâneas de gestão acadêmica, a dependência de procedimentos manuais, de registros físicos e de sistemas fragmentados impacta negativamente a confiabilidade dos dados, amplia riscos de inconsistência, retrabalho e perda de informações, além de comprometer a articulação com sistemas nacionais e políticas públicas educacionais. Esse cenário reforça uma lógica de atuação predominantemente reativa, na qual as demandas são solucionadas caso a caso, em detrimento de uma gestão preventiva, planejada e orientada por indicadores institucionais.

Essa configuração institucional reflete, também, uma compreensão do Registro Escolar fortemente vinculada à racionalidade burocrático-administrativa. O documento analisado prioriza a segurança administrativa, a formalização de procedimentos e a padronização normativa, relegando a segundo plano as dimensões pedagógicas e formativas do setor. Tal perspectiva dialoga com as críticas formuladas por Libâneo (2012), ao alertar que a escola corre o risco de reduzir-se a um aparelho burocrático quando a documentação escolar é concebida apenas como prova legal, dissociada dos processos educativos mais amplos.

Contudo, uma leitura crítica dos registros escolares permite compreendê-los para além dessa função instrumental, embora tradicionalmente associados à burocracia institucional, os registros escolares constituem espaços educativos

dotados de densidade cultural, social e pedagógica. Quando organizados, interpretados e utilizados de forma reflexiva, esses documentos deixam de ocupar um lugar passivo de controle e passam a configurar ambientes de ensino-aprendizagem, capazes de produzir sentidos, memórias institucionais e conhecimentos sobre os percursos formativos dos estudantes (Favaro, 2014).

No campo da Educação Profissional e Tecnológica, essa compreensão adquire centralidade, Saviani (2007) e Pacheco (2011) defendem que a integração entre gestão e pedagogia é condição indispensável para a construção de uma educação democrática e socialmente referenciada. Nessa perspectiva, os registros escolares não podem ser reduzidos a exigências administrativas, mas devem ser compreendidos como instrumentos de acompanhamento, análise e intervenção pedagógica. Indicadores como evasão, retenção e reprovação, por exemplo, quando tratados apenas como dados estatísticos, perdem seu potencial formativo; quando analisados pedagogicamente, assumem caráter diagnóstico e podem orientar políticas institucionais de permanência e êxito estudantil.

Sob esse enfoque, o Registro Escolar configura-se como um lócus de circulação de significados afetivos, culturais e institucionais, mediando relações entre estudantes, servidores e a própria organização escolar. Trata-se de um espaço no qual ocorrem práticas educativas que extrapolam a sala de aula, reafirmando a concepção de que a educação se realiza em múltiplos tempos e espaços da instituição.

A ausência de uma normatização específica do Registro Escolar no Ifac – Campus Rio Branco, portanto, revela uma lacuna não apenas normativa, mas também cultural e institucional. Ainda assim, o reconhecimento, por parte da Coordenação, de um modelo ideal pautado na transparência, na padronização, na inovação e na capacitação contínua indica uma compreensão ampliada do papel do setor. Tal reconhecimento abre possibilidades de avanço, desde que acompanhado de políticas institucionais que articulem normatização, tecnologia e formação humana.

As recomendações apresentadas no documento analisado, organizadas em eixos como atualização normativa, modernização tecnológica, padronização de fluxos, capacitação da equipe, integração institucional e adoção de boas práticas nacionais, revelam um consenso quanto à necessidade de modernização do setor. Ainda que persista um descompasso significativo entre o ideal e a realidade, observa-se convergência entre os diferentes setores institucionais quanto à urgência de



investimentos estruturais e à necessidade de alinhamento com a Rede Federal, frequentemente tomada como referência de práticas consolidadas.

Dessa forma, a análise aponta para a existência de um gap estrutural: de um lado, há clareza conceitual sobre as características de um Registro Escolar moderno, digital, integrado, normatizado e transparente; de outro, persiste um cenário marcado pela carência de suporte institucional, regulatório e tecnológico. A superação desse hiato demanda a articulação simultânea de duas frentes complementares: a revisão normativa, envolvendo organização didática, regimentos e fluxos padronizados; e a transformação digital, com a implantação do diploma digital, da gestão eletrônica de documentos e de serviços de autoatendimento ao estudante.

Além disso, o estudo evidencia que a capacitação contínua da equipe e a integração institucional constituem condições indispensáveis para a sustentabilidade das mudanças propostas. Conforme destaca Favaro (2014), a consolidação da dimensão educativa dos registros escolares exige valorização do setor, formação continuada dos profissionais e políticas claras de preservação documental. A ausência desses elementos expõe a instituição a riscos que extrapolam a esfera administrativa, podendo comprometer a trajetória acadêmica e profissional dos estudantes.

Por fim, a gestão dos registros escolares exige organização, rigor técnico e responsabilidade ética, sobretudo no que se refere à confidencialidade das informações e à observância dos trâmites legais. No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação dos processos digitais, a informatização dos registros amplia a eficiência administrativa, mas impõe desafios adicionais relacionados à segurança dos dados e à preservação da integridade documental (Domínguez, 2018).

Diante do exposto, pode-se inferir que o Registro Escolar do Ifac – Campus Rio Branco encontra-se em um processo de transição entre um modelo artesanal e fragmentado e um modelo digital, integrado e institucionalmente fortalecido. Embora ainda careça de suporte normativo, regulatório e tecnológico para alcançar o padrão almejado pela comunidade acadêmica, o setor desempenha papel central no processo de ensino-aprendizagem. Conforme assinala Libâneo (2018), a escola educa não apenas na sala de aula, mas em todo o seu contexto institucional, incluindo os setores administrativos que mediam, organizam e atribuem sentido à trajetória escolar dos sujeitos.

## 5. PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional, intitulado “Cartilha com Orientações sobre os Principais Fluxos e Procedimentos do Registro Escolar”, consiste em um material pedagógico de natureza didático-formativa, elaborado em formato digital (PDF), com linguagem acessível, estrutura sistematizada e intencionalidade educativa explícita. Embora apresente informações institucionais, sua concepção ultrapassa o caráter meramente informativo, ao buscar promover aprendizagens relacionadas à compreensão dos fluxos acadêmicos, ao exercício da autonomia estudantil e à apropriação consciente dos direitos e deveres que organizam a vida escolar no âmbito da EPT.

A cartilha foi concebida prioritariamente para estudantes ingressantes do Curso Técnico Integrado em Edificações do Instituto Federal do Acre – Campus Rio Branco, público que vivencia, no momento de entrada na instituição, maiores dificuldades de compreensão acerca dos procedimentos acadêmicos, da organização administrativa e do funcionamento do Registro Escolar. O material também se mostra potencialmente aplicável a estudantes veteranos, servidores técnico-administrativos e docentes, na medida em que sistematiza informações institucionais e contribui para a uniformização de orientações e práticas no campus.

O contexto de aplicação do produto está vinculado às ações de acolhimento institucional, podendo ser utilizado durante a semana de recepção aos ingressantes, em reuniões pedagógicas, em atividades de orientação promovidas pelo Registro Escolar ou disponibilizado nos canais institucionais digitais do campus. Dessa forma, a cartilha se insere como instrumento de mediação educativa entre a instituição e a comunidade acadêmica, favorecendo o acesso qualificado à informação e fortalecendo os vínculos institucionais desde o início da trajetória escolar.

Do ponto de vista pedagógico, o produto pretende promover aprendizagens relacionadas a três eixos centrais: (1) compreensão dos fluxos e procedimentos acadêmicos que estruturam a trajetória estudantil; (2) desenvolvimento da autonomia e da participação consciente dos estudantes na vida institucional; e (3) reconhecimento do Registro Escolar como espaço educativo, de acolhimento, orientação e garantia de direitos. Ao sistematizar procedimentos como matrícula, rematrícula, trancamento, transferências, emissão de documentos acadêmicos e uso do nome social, a cartilha contribui para que os estudantes compreendam a lógica

institucional que organiza seus percursos formativos, reduzindo inseguranças, equívocos e dependência excessiva de atendimentos pontuais.

A elaboração do produto fundamenta-se na concepção de que práticas administrativas também produzem aprendizagens, na medida em que ensinam normas, valores, modos de organização e formas de participação institucional. Nesse sentido, a cartilha materializa a perspectiva defendida ao longo desta pesquisa, ao conceber o Registro Escolar como espaço educativo que articula legalidade, mediação pedagógica e formação cidadã. Ao explicitar procedimentos de maneira clara e dialogada, o produto contribui para uma relação mais horizontal entre estudantes e instituição, fortalecendo a corresponsabilidade no processo formativo.

No que se refere aos limites do produto, destaca-se que a cartilha não foi submetida a um processo formal de validação junto aos usuários finais durante o desenvolvimento desta pesquisa. Tal limitação decorre do recorte metodológico adotado, do tempo disponível para a realização do estudo e das condições institucionais do período de elaboração. Entretanto, a validação com estudantes e servidores é reconhecida como etapa fundamental e constitui uma possibilidade concreta para pesquisas futuras, seja por meio de aplicação piloto, questionários avaliativos, grupos focais ou observação do uso do material em contextos reais de acolhimento e orientação acadêmica.

Assim, o Produto Educacional não se apresenta como material acabado, mas como uma proposta inicial, passível de aprimoramentos, atualizações e adaptações conforme as demandas institucionais. Sua principal contribuição reside em articular informação, pedagogia e gestão, reafirmando o Registro Escolar como espaço de aprendizagem, mediação e formação no interior da Educação Profissional e Tecnológica.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o Registro Escolar do Ifac – Campus Rio Branco como espaço de construção de saberes no processo de ensino-aprendizagem, situando-o nas tensões entre o paradigma burocrático-administrativo e a perspectiva pedagógica da Educação Profissional e Tecnológica. Ao longo do percurso investigativo, foi possível demonstrar que o Registro Escolar ocupa um lugar estratégico no cotidiano institucional, não apenas por operacionalizar procedimentos acadêmicos, mas por mediar relações, organizar trajetórias formativas e produzir aprendizagens que atravessam a vida escolar dos estudantes.

Os objetivos específicos propostos foram alcançados de forma articulada. O primeiro, voltado à identificação e análise dos documentos regimentais institucionais relacionados ao Registro Escolar, permitiu compreender como o setor é formalmente concebido no âmbito do Ifac. Essa análise evidenciou a existência de normativas gerais que sustentam parcialmente suas práticas, mas também revelou lacunas significativas, especialmente no que se refere à ausência de regulamentação específica, à defasagem normativa e à fragmentação de orientações entre os campi. Tal cenário confirma que o funcionamento do setor se apoia, em grande medida, em interpretações locais e em saberes construídos na prática, o que fragiliza a padronização institucional e a segurança jurídica.

O segundo objetivo específico, que consistiu em compreender como se organiza e se desenvolve o trabalho da Coordenação de Registro Escolar no Campus Rio Branco, foi atendido por meio da análise das informações institucionais disponibilizadas, especialmente aquelas produzidas pela própria Coordenação. Esse movimento permitiu identificar as atribuições formais do setor, os fluxos de atuação e as mediações estabelecidas entre estudantes, servidores e sistemas acadêmicos. Os dados analisados evidenciaram a complexidade do trabalho desenvolvido e sua centralidade para o funcionamento do campus, ainda que essa centralidade nem sempre seja acompanhada de reconhecimento institucional, suporte normativo adequado ou condições estruturais compatíveis com as responsabilidades assumidas.

O terceiro objetivo, voltado a inferir se o Registro Escolar se configura como espaço educativo, foi plenamente contemplado, as evidências indicaram que o setor ultrapassa a execução de tarefas administrativas, atuando como espaço de produção

de aprendizagens institucionais, orientação de trajetórias formativas e fortalecimento dos vínculos entre a comunidade acadêmica e a instituição. As práticas de atendimento, mediação, esclarecimento de direitos e organização da vida acadêmica revelam que o Registro Escolar participa ativamente do processo educativo, ainda que sob formas não tradicionalmente reconhecidas como pedagógicas.

Por fim, o quarto objetivo específico, que consistiu na proposição de um produto educacional voltado à orientação da comunidade acadêmica, foi alcançado com a elaboração da “Cartilha com Orientações sobre os Principais Fluxos e Procedimentos do Registro Escolar”, esse material responde às demandas identificadas durante a pesquisa, contribui para ampliar a transparência dos processos institucionais e pode ser utilizado como instrumento de gestão, orientação e formação, tanto para estudantes quanto para servidores, fortalecendo a visibilidade e a compreensão do papel do setor.

Do ponto de vista metodológico, é necessário reconhecer os limites desta investigação, o corpus empírico concentrou-se na análise de um documento institucional específico, o que restringe a diversidade de fontes e perspectivas analisadas. A ausência de entrevistas, observações diretas ou ampliação do conjunto documental limita a possibilidade de generalização dos resultados. Contudo, esse limite não invalida os achados, ao contrário, reforça um dos argumentos centrais do estudo, ao evidenciar que o próprio funcionamento do Registro Escolar se dá em meio a lacunas normativas e a uma produção documental insuficiente, o que constitui, por si só, um dado relevante para a compreensão do fenômeno investigado.

Em termos de alcance institucional, os resultados desta pesquisa podem subsidiar gestores na formulação de políticas mais consistentes para o Registro Escolar, especialmente no que se refere à atualização normativa, à padronização de fluxos e procedimentos, à modernização tecnológica e à valorização dos profissionais que atuam no setor. A análise evidencia que a modernização do Registro Escolar não pode se restringir à adoção de sistemas informatizados, mas exige investimentos articulados em regulação, formação continuada e integração institucional.

No campo acadêmico, o estudo contribui para o fortalecimento do debate sobre os espaços não docentes como instâncias formativas, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Ao abordar o Registro Escolar no contexto do Ifac – Campus Rio Branco, a pesquisa preenche uma lacuna identificada na produção científica regional e abre possibilidades para investigações futuras que ampliem o

escopo metodológico, realizem estudos comparativos entre campi ou instituições, incorporem a perspectiva de diferentes atores institucionais e aprofundem a análise sobre os impactos da digitalização e da gestão documental nos processos educativos.

Conclui-se, assim, que o Registro Escolar do Ifac – Campus Rio Branco se configura como um espaço atravessado por tensões estruturais e conceituais: de um lado, práticas ainda fortemente ancoradas em uma racionalidade burocrática, fragmentada e reativa; de outro, a possibilidade concreta de sua consolidação como um setor moderno, integrado e plenamente reconhecido em sua dimensão educativa, formativa e estratégica. Essa condição liminar evidencia que o Registro Escolar não é apenas um locus de execução de procedimentos, mas um espaço onde se materializam políticas educacionais, se organizam trajetórias acadêmicas e se produzem aprendizagens institucionais que impactam diretamente a permanência, o êxito e a formação dos estudantes.

Reconhecer essa dimensão educativa exige uma mudança paradigmática no interior da instituição, capaz de deslocar o entendimento do Registro Escolar da condição de setor acessório para o de instância constitutiva do projeto formativo da Educação Profissional e Tecnológica. Tal reconhecimento implica valorizar seus profissionais como agentes educativos, dotados de saberes técnicos, normativos e relacionais, cujas práticas articulam legalidade, mediação pedagógica e cuidado institucional. Implica, ainda, compreender que a eficiência administrativa, a garantia de direitos acadêmicos e a preservação da memória escolar são dimensões indissociáveis de uma educação comprometida com a formação humana integral.

Nesse sentido, esta pesquisa não se encerra como ponto final, mas se afirma como um marco inicial para o aprofundamento do debate institucional e acadêmico acerca do lugar do Registro Escolar na escola pública. Ao evidenciar limites, potencialidades e desafios, o estudo convoca gestores, servidores e pesquisadores a repensarem políticas, normativas e práticas que qualifiquem, de forma sustentável e integrada, o funcionamento do setor. Trata-se, portanto, de um convite à construção de ações concretas que fortaleçam o reconhecimento do Registro Escolar como espaço de formação, de cidadania e de produção de sentidos no cotidiano da Educação Profissional e Tecnológica.

Ao concluir esta pesquisa, reafirmo de maneira ainda mais consistente que o Registro Escolar não pode continuar sendo concebido como um setor periférico no interior das instituições educacionais. A análise desenvolvida ao longo do estudo

evidenciou que esse espaço concentra práticas e interações decisivas para a trajetória acadêmica dos estudantes, interações cotidianas, frequentemente invisibilizadas, mas dotadas de densidade formativa. Aquilo que, de modo recorrente, é reduzido à noção de “rotinas burocráticas” revelou-se, neste trabalho, como um conjunto de ações imbricadas em acolhimento, mediação, orientação e cuidado. Cada matrícula processada, cada esclarecimento prestado e cada escuta disponibilizada evidencia que a educação não se restringe aos ambientes formais de ensino, manifestando-se também nos interstícios institucionais, onde vínculos, sentidos de pertencimento e trajetórias são continuamente construídos. Assim, esta investigação ultrapassa o caráter estritamente analítico e assume uma posição crítica quanto ao lugar que o Registro Escolar ocupa, e deve ocupar, na dinâmica formativa do campus.

A compreensão do Registro Escolar como espaço formativo implica, simultaneamente, o reconhecimento da centralidade dos profissionais que nele atuam, cujas funções demandam não apenas domínio técnico, mas sensibilidade, preparo e condições institucionais que sustentem suas práticas. Nesse sentido, minha experiência como coordenador do Registro Escolar do IFAC – Campus Avançado Baixada do Sol, no período de 2014 a 2016, ofereceu elementos significativos para compreender o cotidiano e os desafios que atravessam o setor. Apesar das mudanças implementadas desde então, como a adoção dos sistemas acadêmicos Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e, posteriormente, Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), bem como a existência de uma instrução normativa que regula a emissão de diplomas, atualmente defasada e inadequada às demandas contemporâneas, constata-se que a maior parte dos problemas estruturais permanece inalterada. Persistem as fragilidades já identificadas pela Coordenação do Registro Escolar do Campus Rio Branco, revelando que, apesar de avanços tecnológicos, a dinâmica de trabalho, as condições institucionais e o reconhecimento profissional pouco se modificaram.

Dessa forma, este estudo configura-se como uma defesa da necessidade urgente de reorientar o entendimento institucional acerca do Registro Escolar, deslocando-o de uma lógica estritamente burocrática para reconhecê-lo como um espaço educativo complexo, no qual se materializam processos formativos, relações humanas e aprendizagens institucionais. Sustenta-se a imprescindibilidade de investimentos contínuos em formação dos servidores, na revisão e atualização dos normativos internos e na qualificação dos fluxos de trabalho. Contudo, argumenta-se

que tais iniciativas somente alcançarão efetividade se acompanhadas por uma mudança paradigmática que reconheça a dimensão relacional e humana do setor. A adoção de sistemas informatizados, embora necessária, não se mostra suficiente sem políticas de valorização institucional, condições adequadas de trabalho e fortalecimento dos vínculos que conferem sentido às práticas cotidianas.

Em síntese, as reflexões apresentadas ao longo desta pesquisa contribuem para ampliar o debate sobre o Registro Escolar como espaço educativo no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Ao evidenciar sua centralidade como lugar de produção de memória institucional, exercício da cidadania e mediação formativa, o estudo não se encerra em si mesmo, mas se coloca como ponto de partida para novas investigações e para a formulação de políticas e práticas que qualifiquem, de modo efetivo, o funcionamento e a valorização do Registro Escolar nas instituições públicas de ensino.



## 7. REFERÊNCIAS

ABUD, Cristiane de Castro Ramos. A função do secretário escolar na contemporaneidade: entre memórias e arquivos escolares. **Revista Linguagem, Educação e memória**. Edição nº 03 dez. 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia-Geral e Brasil**. Ed. Moderna, 2006.

BARBOSA, Maria Denize Dias. PEGORINI, Diana Gurgel. A arte e a habilidade de secretariar: O profissional de secretariado executivo em debate. **Cadernos da Escola de Negócios**, Curitiba, 05: 39-46, 2007

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Presses Universitaires de France, 1977.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial**. Rio de Janeiro/RJ, 26 de set. 1909.

BRASIL. Decreto nº 5.241 de 22 de agosto de 1927. Crêa o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Collegio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro/RJ, 26 ago. 1927.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro/RJ, 10 nov. 1937a.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá novas organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro/RJ, 15 jan. 1937b.

BRASIL. Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro/RJ, 09 fev. 1942a.

BRASIL. Decreto-Lei 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro/RJ, 27 fev. 1942.

BRASIL. Decreto-Lei, nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro/RJ, 24 jan. 1942c.

BRASIL. Decreto-Lei, nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro/RJ, 12 jan. 1946a.

BRASIL. Decreto-Lei, nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro/RJ, 22 ago. 1946b.

BRASIL. **Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes da Educação Nacional. Brasília-DF, 20 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, 12 ago. 1971.

BRASIL. Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975. Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília/DF, 16 dez. 1975.

BRASIL. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília/DF, 30 jun. 1978.

BRASIL. Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União.** Brasília/DF, 24 dez. 1991.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília/DF, 9 dez. 1994.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.741, de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União.** Brasília/DF, 17 jul. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 30 dez. 2008b.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília/DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei

nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 fev. 2017.

CARPINTERO, Antônio Carlos; ALMEIDA, Jaime Gonçalves. **Teorias do espaço escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

DOMÍNGUEZ, Jesús Miguel Domínguez. **Prototipo de um sistema de registro escolar**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Software). Universidade Autônoma de Chihuahua: Faculdade de Engenharia, Chihuahua, México, 2018.

FAVARO, Valéria Regina. **A importância do registro na documentação escolar durante o percurso acadêmico do (a) aluno (a)**. Material Didático. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2014.

FREITAS, Alexandre Simões de. Os desafios da formação de professores no século XXI: competências e solidariedade. In: FERREIRA, Andrea Tereza Brito; ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correa de; LEAL, Telma Ferraz. **Formação Continuada de Professores: questões para reflexão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília, DF: Unesco, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Práticas de organização e gestão da escola: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos**. 1–25, 2015. Disponível em: [http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015\\_jose\\_carlos\\_libaneo\\_i.pdf](http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015_jose_carlos_libaneo_i.pdf). Acesso em: 6 jun. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática** – 6.ed.rev.e ampl. – São Paulo: Hecus Editora, 2018.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 1997.

MACHADO, Yane Ferreira; MELO, Willian da Silva; OLIVEIRA, Cristiane Ayala de; OLIVEIRA, Francisco Kelsen de. Teorias da aprendizagem aplicadas na EPT: correlação com os constructos pessoais de George Kelly. **Revista Semiárido De Visu**, v. 7, n. 2, p. 151-165, 2019.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1992.

MENARDI, Ana Paula Seco. **A educação na literatura de viagem e na literatura jesuítica - séculos XVI e XVII**. 2010. 289f. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Selma Maria Costa de. **Informação a serviço da escola: o Sistema Estadual de Registro Escolar (Sere) do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação). Universidade Federal do Paraná: Programa de Pós-graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Curitiba/PR, 2013).

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba: IFPR, 2014.

RIBEIRO, Solange Lucas. Espaço Escolar: um elemento (in) visível no currículo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 31, p. 103-118, junho/dezembro, 2004.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTANA FILHO, Décio de; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Arquivo e Educação: relações do uso de documentos no Ensino Profissional e Tecnológico. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, e3511628833, 2022.

SANTOS, Jorgete Dias dos; SANTOS, Caroline. Delfino dos. Aspectos pedagógicos presentes na atuação do secretário escolar. **Revista Educação Pública**, v.20, nº 11, 24 de março de 2020.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS Revista Científica**, São Paulo. vol. 10, julho, 2008, pp. 147-167.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. **Editora Autores Associados Ltda**, Campinas. 11 ed. rev., Coleção educação contemporânea, 2011.

SILVA, Renan Antônio (2017) A criação do ministério da educação e saúde pública no Brasil. **Trilhas Pedagógicas**, v. 7, n. 7, p. 291-304, ago. 2017.

SOBREIRA, Fernanda Roma; SANTOS, Melina Brito dos; RODRIGUES, Jeorgina Gentil. A importância dos dados arquivísticos escolares como fonte de pesquisa: o arquivo do Colégio Cruzeiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2021

SZADKOSKI, Marta Helena. **Desafios dos espaços educativos nos Institutos Federais em tempos de pandemia**: um olhar para as secretarias acadêmicas. Orientadora: Márcia Valéria Paixão. 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2022.

SZADKOSKI, Marta Helena; PAIXÃO, Maria Valeria. As secretarias acadêmicas coo espaços educativos na educação profissional e tecnológica. **Revista GeSec**, São Paulo/SP, v.14, n.7, p. 11809-11927, 2023.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. A Arquitetura escolar documentada e interpretada através de imagem. In: **Seminário Pedagogia da imagem, imagem da Pedagogia**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 1996.

## 8. APÊNDICE

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA DE ORIENTAÇÕES SOBRE OS  
PRINCIPAIS FLUXOS E PROCEDIMENTO DO REGISTRO ESCOLAR DO IFAC –  
CAMPUS RIO BRANCO



**INSTITUTO FEDERAL**  
Acre



# **CARTILHA COM ORIENTAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS FLUXOS E PROCEDIMENTOS DO REGISTRO ESCOLAR**

***Campus Rio Branco***



**AUTORES:**

Julio César Gomes de Souza Neto

Dr. Diego Viana Melo Lima

# FICHA TÉCNICA



**Título do Produto Educacional:** Cartilha com Orientações Sobre os Principais Fluxos e Procedimentos do Registro Escolar

**Autoria:** Julio César Gomes de Souza Neto

**Co-autoria:** Dr. Diego Viana Melo Lima

**Instituição:** Instituto Federal do Acre (Ifac) – campus Rio Branco

**Programa:** Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

**Linha de pesquisa 2:** Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

**Macroprojeto 6:** Organização de espaços pedagógicos da EPT

**Área de conhecimento:** Ensino

**Natureza do Produto:** Material didático digital, com função orientadora e formativa.

**Público-Alvo:** Estudantes do primeiro ano do Curso Técnico Integrado em Edificações.

**Finalidade:** Facilitar o acesso, a compreensão e o uso do Registro Escolar.

**Formato:** Arquivo digital interativo em PDF.

**Avaliação do produto:**

**Registro disponibilidade:**

**Divulgação:** Digital.

**Idioma:** Português.

**Cidade origem:** Rio Branco – Acre.

**Tipo do produto:** Produto educacional – material instrucional/didático.



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP**  
Coordenação de Biblioteca, Campus Rio Branco – Acre

---

S729c Souza Neto, Júlio César Gomes de.

Cartilha com orientações sobre os principais fluxos e  
procedimentos do registro escolar / Júlio César Gomes de  
Souza Neto, Diego Viana Melo Lima. – Rio Branco, 2025.  
28 p. : il. ; 30 cm., e-book.

Produto educacional (Mestrado em Educação Profissional e  
Tecnológica) – Instituto Federal do Acre, 2025.

1. Gestão escolar. 2. Secretaria escolar. 3. Manual  
instrucional. I. Título. II. Lima, Diego Viana Melo.

CDD 371.2

# SUMÁRIO



Apresentação	6
O que é o Registro Escolar?	7
Qual a importância do Registro Escolar?	9
Atividades desenvolvidas no Registro Escolar – campus Rio Branco	10
Fluxos e procedimentos	12
Matrícula	12
Rematrícula	13
Trancamento de matrícula	14
Cancelamento de matrícula	16

**\*Clique nos títulos para ir direto para a página**

**\*Clique nos nº das páginas para voltar ao Sumário**

# SUMÁRIO

Transferência	20
Emissão de histórico escolar	23
Certificados e diplomas	24
Justificativa de falta	26
Abono de faltas	28
Referências	30

**\*Clique nos títulos para ir direto para a página**

**\*Clique nos n° das páginas para voltar ao Sumário**

# APRESENTAÇÃO



O Registro Escolar ocupa um papel central na organização acadêmica das instituições de ensino, sendo responsável por reunir, registrar e manter atualizadas as informações que documentam a trajetória educacional dos estudantes. Reconhecendo sua importância, esta cartilha foi elaborada com o propósito de oferecer orientações claras e acessíveis sobre os principais fluxos e procedimentos que envolvem o setor, contribuindo para uma comunicação mais eficiente e transparente entre estudantes, familiares e servidores.

Intitulada “Cartilha com Orientações sobre os Principais Fluxos e Procedimentos do Registro Escolar”, esta produção integra o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Acre (Ifac) – campus Rio Branco. Seu principal objetivo é facilitar o acesso e a compreensão dos processos que compõem a rotina do Registro Escolar, tais como matrícula, rematrícula, trancamento, cancelamento, transferências, emissão de históricos, certificados e diplomas, bem como justificativas e abonos de faltas.

Dessa forma, a cartilha pretende ser uma ferramenta pedagógica de apoio, tanto para estudantes ingressantes quanto para servidores que atuam diretamente na gestão acadêmica, com foco nos estudantes do primeiro ano do Curso Técnico Integrado em Edificações. Essa escolha se deve ao fato de que esses alunos estão iniciando sua trajetória acadêmica na EPT e, portanto, necessitam compreender com clareza o funcionamento dos processos escolares para uma inserção mais consciente e segura na instituição.



# O QUE É O REGISTRO ESCOLAR?



O Registro Escolar é um setor muito importante da escola. Ele não cuida apenas de coisas burocráticas, como matrícula, notas, faltas e emissão de certificados, mas também ajuda a conectar a comunidade com a instituição. É o primeiro espaço de contato entre alunos, familiares e a escola, onde se faz matrícula, tira dúvidas e recebe orientações sobre documentos e sistemas.



# O QUE É O REGISTRO ESCOLAR?



O Registro também é um espaço educativo, em que acontecem diálogos, trocas de experiências e orientações que ajudam professores, estudantes e responsáveis a compreender melhor como a instituição funciona. Por isso, o Registro Escolar não é só um setor administrativo, mas também um lugar de acolhimento, escuta e aprendizado.



# QUAL A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO ESCOLAR?



O Registro Escolar representa um setor estratégico nas instituições educacionais, pois é responsável por garantir a legalidade, a organização e a autenticidade das trajetórias acadêmicas. Mais do que um espaço administrativo, ele constitui-se como elo essencial entre a gestão e o processo educativo, assegurando o direito dos estudantes à certificação, à documentação e à memória institucional. Sua atuação, portanto, transcende a mera execução de procedimentos burocráticos, configurando-se como uma instância que sustenta a integridade dos processos pedagógicos e administrativos e que contribui para a transparência, a eficiência e a credibilidade institucional.

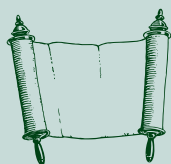


Além de suas funções normativas, o Registro Escolar possui um papel formativo e social de grande relevância. Trata-se de um espaço de escuta, acolhimento e orientação, no qual estudantes, familiares e servidores interagem e constroem significados sobre a vida escolar. Por meio de suas práticas cotidianas, o setor participa ativamente do processo de ensino-aprendizagem, promovendo valores como responsabilidade, cidadania e pertencimento institucional.

# ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO REGISTRO ESCOLAR NO IFAC, CAMPUS RIO BRANCO



Matrícula, rematrícula, trancamentos, cancelamentos, transferências, aproveitamento de estudos.



Emissão de históricos escolares, certificados, declarações, atestados, guias de transferência.



Registro e emissão de diplomas e certificados, com autenticação e arquivamento.



Produzir relatórios internos de desempenho (quantitativos: evasão, retenção, reprovação); monitorar indicadores institucionais acadêmicos; colaborar com auditorias internas ou externas.



Organizar listas de concluintes; preparar atos de colação de grau; expedição de diplomas; emissão de documentos finais de conclusão de curso.



Gestão de dados acadêmicos (notas, frequência, estágios, componentes curriculares).





Gestão de sistemas acadêmicos e integração de dados



Fornecimento de dados para sistemas nacionais e externos como Censos (Censo Escolar, Educacenso, Censup, Plataforma Nilo Peçanha, Sistema Nacional de Informação da EPT – SISTEC) e outras bases governamentais.



Análise documental (requisitos de conclusão, equivalências, pré-requisitos).



Atendimento à comunidade acadêmica e articulação com setores pedagógicos e administrativos. Atendimento ao público externo.



Implementação do uso do nome social quando requerido pelo(a) estudante.



Acompanhar e/ou elaborar juntos com setores pedagógicos ou reitoria os calendários de matrícula, rematrícula, trancamento, início/fim de períodos letivos.

# FLUXOS E PROCEDIMENTOS

## MATRÍCULA (matrícula institucional)

A matrícula consiste na vinculação do (a) estudante à Instituição e a um curso específico, estabelecendo sua situação de regularidade.

A matrícula institucional será efetuada pelo (a) estudante ingressante ou seu responsável legal, mediante requerimento e apresentação dos documentos exigidos em Edital.

### FLUXO

**PAIS OU RESPONSÁVEIS**



**DOCUMENTAÇÕES  
EXIGIDAS**



**REGISTRO  
ESCOLAR**



## REMATRÍCULA (matrícula curricular)

A matrícula curricular nos cursos técnicos e superiores implica na renovação da matrícula do (a) estudante e acontecerá em data estipulada no Calendário do campus Rio Branco, realizada através do sistema acadêmico Suap (Sistema Unificado de Administração Pública) ou presencialmente no Registro Escola, caso haja algum tipo de dificuldade por parte do(a) aluno(a).

### FLUXO

**PAIS OU RESPONSÁVEIS  
LEGAIS**



**OU**

**SISTEMA SUAP**



**OU**

**ALUNO +18**



**REGISTOR ESCOLAR**



## TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Entende-se por trancamento de matrícula a interrupção total das atividades acadêmicas, por tempo determinado, podendo ocorrer de forma compulsória.

O trancamento compulsório de matrícula pode ser requerido em qualquer época do período letivo e não será computado para efeito de contagem de tempo máximo de integralização curricular.

O trancamento de matrícula nos cursos técnicos ocorrerá apenas de forma compulsória.

Entende-se por trancamento compulsório de matrícula aquele em que o(a) estudante necessite interromper os estudos nos seguintes casos, devidamente comprovados:

**I. Convocação para o serviço militar obrigatório (ao completar 18 anos);**

**II. Tratamento prolongado de saúde pessoal ou de familiares em primeiro grau, quando não couber o atendimento domiciliar;**

**III. Gravidez de alto risco ou problemas pós-parto;**

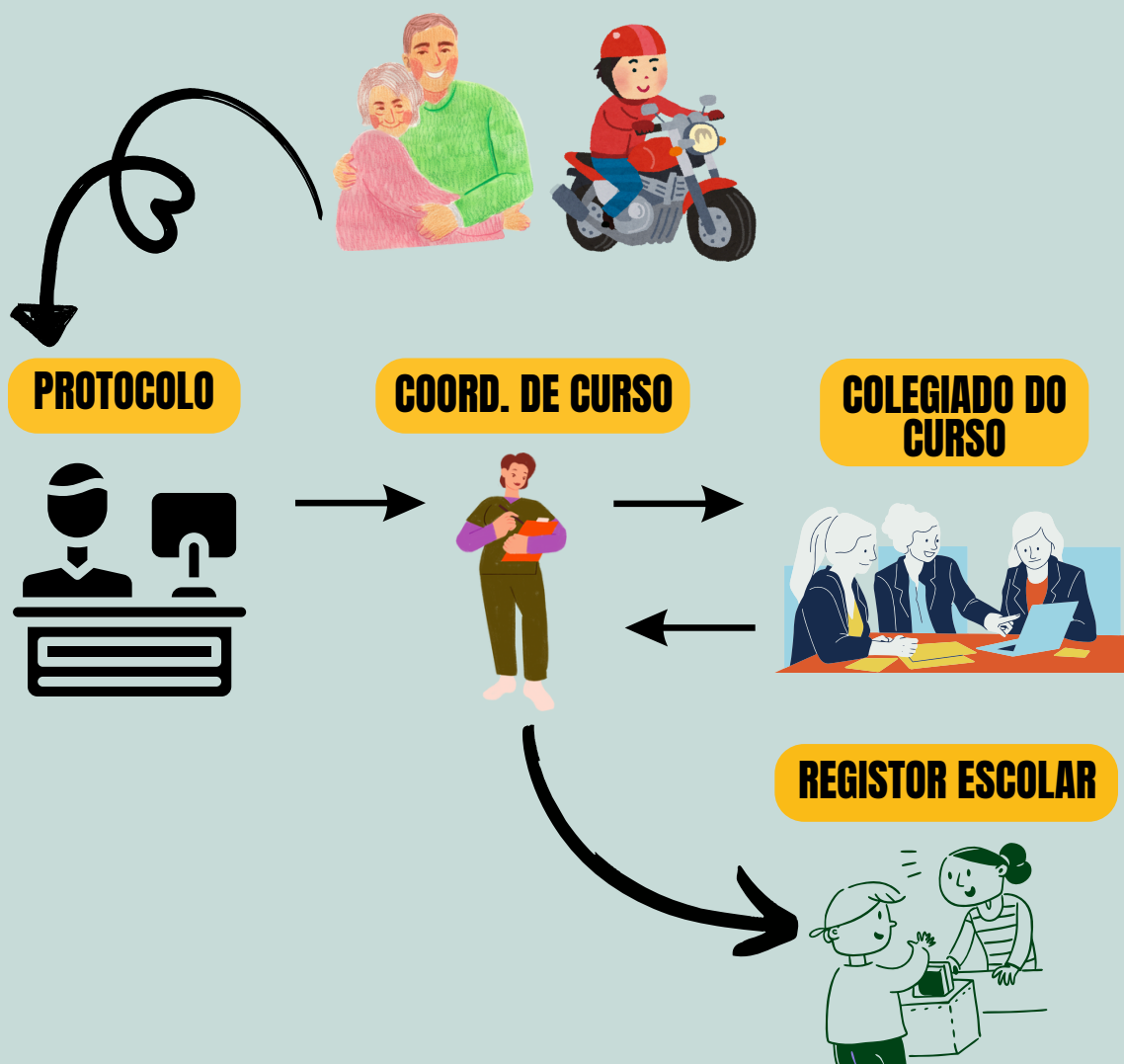
**IV. Intercâmbio educacional promovido pelo Ifac.**



## TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

### FLUXO

**PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS OU ALUNO +18**



## CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

O cancelamento de matrícula é a interrupção definitiva do curso, que poderá ser voluntário ou compulsório, implicando na total desvinculação do (a) estudante da Instituição.

Sobre o cancelamento de matrícula é importante saber que existem dois tipos de cancelamento:

I. O cancelamento voluntário será feito mediante requerimento do (a) estudante.

II. O cancelamento compulsório será feito mediante ato administrativo da Instituição.

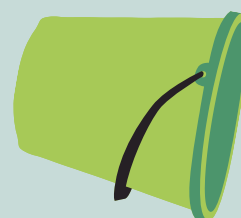


O cancelamento voluntário poderá ser solicitado pelo (a) estudante maior de idade ou por seu responsável legal, quando menor.

## CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

O cancelamento compulsório poderá ser feito por iniciativa da Instituição, nos seguintes casos:

- I. Por motivo disciplinar, obedecendo ao estabelecido em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior;
- II. Ultrapassar o prazo máximo permitido para trancamento geral de matrícula;
- III. Não renovar a solicitação de trancamento de matrícula;
- IV. Por jubramento, ao ultrapassar o prazo máximo de integralização curricular, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso;
- V. Se houver cassação de determinação judicial que tiver originado seu registro;
- VI. Se for comprovada fraude no ato de realização das provas do Processo Seletivo e/ou na documentação apresentada para o seu registro;
- VII. Se for constatado que o (a) estudante ocupa uma vaga em curso de graduação em Instituição pública ou particular na condição de bolsista do Prouni, conforme determinam a Lei nº 12.089 de 11 de novembro de 2009, o Decreto nº 5.493 de 18 de julho de 2005 e os procedimentos orientados nessas legislações;
- VIII. Ocorrer falecimento do (a) estudante.
- IX. Por motivo de evasão.

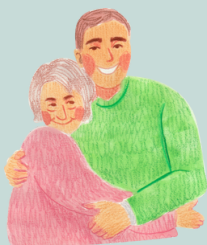


O cancelamento, resultante das situações mencionadas nos incisos I a VIII, será efetivado após abertura de processo, análise e emissão de parecer pelo Colegiado de Curso, sendo garantido, ao (a) estudante, o direito à ampla defesa e ao contraditório.

## CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

### FLUXO 1 (CANCELAMENTO VOLUNTÁRIO)

**PAIS OU RESPONSÁVEIS  
LEGAIS**



**OU**

**ALUNO +18**



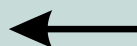
**PROTOCOLO**



**REGISTOR ESCOLAR**



**COORD. DE CURSO**





## CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

### FLUXO 2 (CANCELAMENTO COMPULSÓRIO)

**COORD. DE CURSO**



**COLEGIADO DO CURSO**



**ALUNO**



**REGISTRO ESCOLAR**



**COORD. DE CURSO**



**COLEGIADO DO CURSO**



## TRANSFERÊNCIA

Entende-se como formas de transferência:

I. Transferência Interna: transferência de estudantes regularmente matriculados em curso do Ifac para o mesmo curso, ou outro de áreas afins, para outro campus, somente a partir do segundo período letivo do curso, mediante a existência de vaga, seguindo os critérios definidos em edital específico.

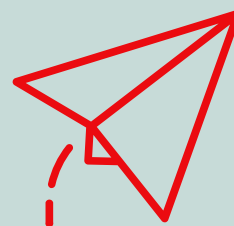
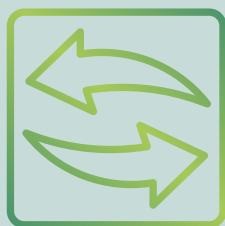
II. Reopção de curso: transferência de estudantes regularmente matriculados em curso do Ifac para outro curso de áreas afins, no mesmo Campus, somente a partir do segundo período letivo do curso, mediante a existência de vaga, seguindo os critérios definidos em edital próprio.

III. Transferência Externa: disponibilizada para estudantes de outra instituição nacional pública ou privada, credenciadas pelo MEC, para ingresso no Ifac.

IV. Transferência de estudantes estrangeiros.

V. Transferência de estudantes itinerantes (ciganos, circenses e movimentos sociais).

VI. Transferência Ex Officio: transferência de estudantes de uma instituição para o Ifac por motivo de mudança no domicílio, quando se tratar de servidor público federal, civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante. É requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta, conforme legislação vigente.



Os processos de transferência, conforme explicitados nos incisos I a VI, serão conduzidos pelo campus, por meio de edital específico, a ser publicado semestralmente, de acordo com o Calendário Acadêmico.

## TRANSFERÊNCIA

### FLUXO 1

#### PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS OU ALUNO +18



#### REGISTRO ESCOLAR



OBS: a documentação necessária é o atestado de vaga e nada consta da biblioteca.

## TRANSFERÊNCIA

### FLUXO 2

**ATO ADMINISTRATIVO DA INSTITUIÇÃO  
(EDITAL ESPECÍFICO)**



**REGISTRO ESCOLAR**



## EMIÇÃO DE HISTÓRICO

Entende-se por emissão de histórico escolar a atividade de confecção, impressão do documento ou geração de arquivo eletrônico através do sistema acadêmico Suap (Sistema Unificado de Administração Pública).

### FLUXO

**PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS OU ALUNO +18**



**REGISTOR ESCOLAR**

**OU**

**SUAP**



## CERTIFICADOS E DIPLOMAS

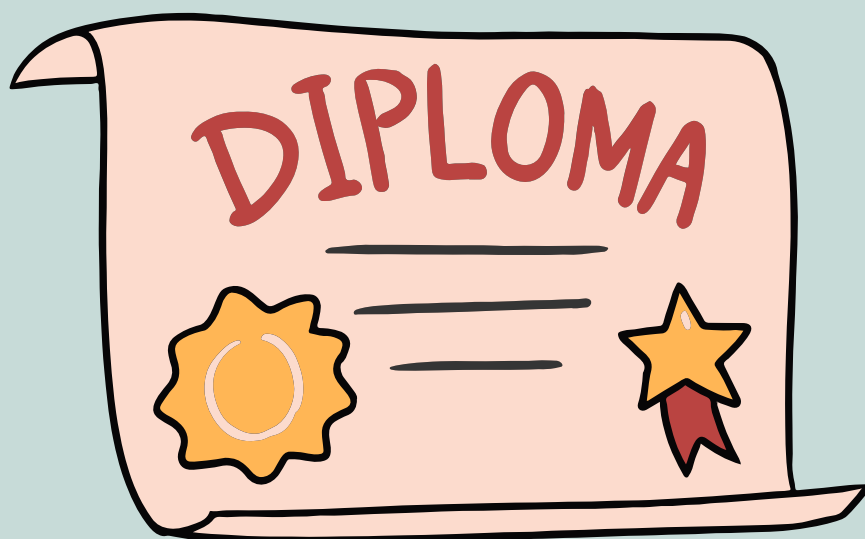
Para fins de expedição de certificados ou diplomas, considera-se como concluinte:

I - o estudante de curso técnico de nível médio que cumpriu todas os requisitos do projeto pedagógico de curso;

II - o estudante de curso de graduação que cumpriu todas os requisitos do projeto pedagógico de curso, esteja em situação de regularidade no Enade

(para os cursos selecionados para o ciclo avaliativo, conforme normas do Inep/MEC) e realizou a colação de grau; e

III - o estudante de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu que cumpriu com todas os requisitos do projeto pedagógico de curso e dos regulamentos que regem o funcionamento do curso.



Os certificados e diplomas dos cursos serão emitidos pelo campus, por meio da Coordenação de Registro Escolar.

## CERTIFICADOS E DIPLOMAS

### FLUXO

**PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS OU ALUNO +18**



**E-MAIL: [CRB.COREG.REQUERIMENTOS@IFAC.EDU.BR](mailto:CRB.COREG.REQUERIMENTOS@IFAC.EDU.BR)**



**REGISTRO ESCOLAR**



## JUSTIFICATIVA DE FALTAS

A justificativa não abona a falta do estudante nos períodos indicados no processo, mas lhe dá o direito de realizar atividades avaliativas que foram aplicadas e ter acesso aos conteúdos ministrados no seu período de afastamento.

Será concedido o direito à justificativa de faltas nos seguintes casos:

I. Participação de estudantes, representando a instituição em atividades desportivas, culturais, técnico-científicas de pesquisa e extensão;

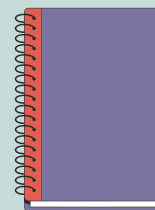
II. Participação de estudantes em órgãos colegiados;

III. Estudantes convocados (as) para cumprimento de serviço de Júri, durante o tempo de convocação (Código do Processo Penal, artigos 434 e 437);

IV. Por motivo de óbito de pais, filhos, cônjuge e irmãos devidamente comprovado por atestado de óbito e documentos pessoais que comprovem o parentesco. Neste caso, a justificativa perdurará por oito dias corridos a contar da data do óbito.

V. Por motivo de doença que não exceda o prazo de quinze dias letivos.

Os casos omissos serão analisados pela Coordenação de Curso e, quando necessário, pela Coordenação do Núcleo de Assistência ao Estudante.



O requerimento de justificativa de falta deve ser formalizado até dois dias úteis a contar da data indicada no comprovante que instrui a solicitação.



## JUSTIFICATIVA DE FALTAS

### FLUXO

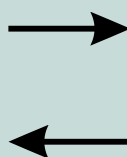
**PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS OU ALUNO +18**



**PROTOCOLO**



**COORD. DE CURSO**



**DOCENTES DAS DISCIPLINAS**



## ABONO DE FALTA

É obrigatória a frequência mínima de setenta e cinco por cento da carga horária total do período letivo nos cursos técnicos integrados e da disciplina nos cursos técnicos subsequentes no qual o (a) estudante está matriculado (a).

As faltas abonadas não serão computadas no percentual máximo de faltas permitidas, mas serão registradas no diário de classe, com a devida anotação do abono.

O (a) estudante, amparado pela lei, deverá ter suas faltas abonadas e ter condições especiais para recuperação das atividades acadêmicas não realizadas, definidas entre o (a) estudante e o (a) professor (a) do componente curricular em que esteja matriculado, em conjunto com a Coordenação de Curso.

O requerimento de abono de falta deve ser formalizado até dois dias úteis a contar da data indicada no comprovante que instrui a solicitação.



**ABONO DE FALTA**

**FLUXO**

**PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS OU ALUNO +18**



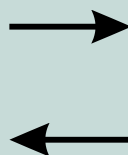
**PROTOCOLO**



**COORD. DE CURSO**



**DOCENTES DAS DISCIPLINAS**



## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Denize Dias. PEGORINI, Diana Gurgel. A arte e a habilidade de secretariar: O profissional de secretariado executivo em debate. Cadernos da Escola de Negócios, Curitiba, 05: 39-46, 2007

LIBÂNEO, José Carlos. Práticas de organização e gestão da escola: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos. 1-25, 2015. Disponível em: [http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015\\_jose\\_carlos\\_libaneo\\_i.pdf](http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015_jose_carlos_libaneo_i.pdf). Acesso em: 6 jun. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática – 6.ed.rev.e ampl. – São Paulo: Hecus Editora, 2018.

SANTOS, Jorgete Dias dos; SANTOS, Caroline. Delfino dos. Aspectos pedagógicos presentes na atuação do secretário escolar. Revista Educação Pública, v.20, nº 11, 24 de março de 2020.

SZADKOSKI, Marta Helena. Desafios dos espaços educativos nos Institutos Federais em tempos de pandemia: um olhar para as secretarias acadêmicas. Orientadora: Márcia Valéria Paixão. 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2022.

